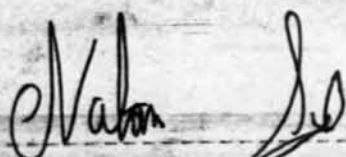


CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DO TRATAMENTO DOS
RESULTADOS NÃO REALIZADOS EM VENDAS DA INVE-
STIDRA PARA A INVESTIDA - UM ESTUDO DE CASO

Paulo Roberto da Silva

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO SUPERIOR
DE ESTUDOS CONTÁBEIS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
(M.Sc.).

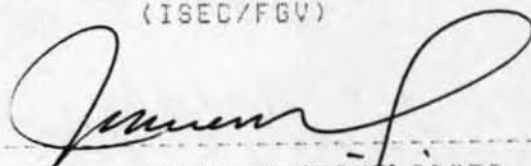
Aprovada por:



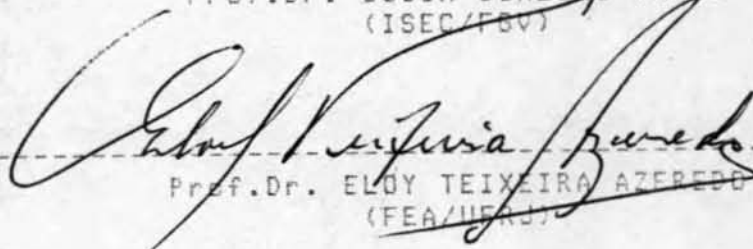
Prof. Dr. NATAN SZUSTER
(Presidente da Banca/Orientador)



Prof. Dr. IBERÊ GILSON
(ISEC/FGV)



Prof. Dr. JOSIR SIMEÕES GOMES
(ISEC/FGV)



Prof. Dr. ELOY TEIXEIRA AZEREDO
(FEA/UFESJ)

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL

AGOSTO DE 1988

SILVA, Paulo Roberto da

Contribuição para a análise do tratamento dos resultados não realizados em vendas da investidora para a investida — um estudo de caso. Rio de Janeiro. FGV, ISEC, 1988.

XII, 163 f.

Dissertação: Mestre em Ciências Contábeis

1. INVESTIDORAS 2. RESULTADO 3. DISSERTAÇÕES

I. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS — RIO DE JANEIRO — ISEC

II. Título

Aos meus pais,
Cândido e Aparecida

AGRADECIMENTOS

Ao Irmão e demais pessoas afetivamente próximas, pela contribuição decisiva para o desenvolvimento do programa de mestrado.

Ao Professor Natan Szuster, pela orientação dada em momentos críticos da elaboração da dissertação e fora dela.

Ao Professor Josir Simeone Gomes, pelo apoio dado e por aceitar ser membro da banca examinadora.

Aos Professores Eloy Teixeira Azeredo e Iberê Gilson, por participarem do exame da dissertação.

Ao Professor Nilo Gago Gonzalez e demais entrevistados, pela efetiva contribuição para o desenvolvimento deste estudo.

Ao grupo de estudo, demais colegas e professores, pelo apoio e amizade demonstrada.

À empresa estudada, pela imprescindível atenção dispensada.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar os efeitos dos resultados não realizados em vendas da investidora para a investida nos relatórios de uma entidade situada no Rio de Janeiro. Enfatizaram-se as técnicas de consolidação das demonstrações contábeis e avaliação do investimento pelo patrimônio líquido (equivalência patrimonial).

Na revisão da literatura foram abordados os principais conceitos relacionados com o estudo e caracterizados os três tratamentos considerados nesta pesquisa (cap.2).

Para a realização da pesquisa, adotou-se o método do estudo de caso, devido à necessidade de uma identificação aprofundada dos efeitos causados pelo problema enfocado (cap.3).

Posteriormente, apresentou-se o caso onde foram identificadas as características da transação, das empresas e os procedimentos adotados (cap.4).

A seguir, aplicaram-se os demais tratamentos ao caso e elaboraram-se alguns comentários cabíveis (caps. 5 e 6).

Os resultados obtidos possibilitaram analisar os tratamentos aplicados e os respectivos efeitos nos relatórios contábeis (cap.7).

Isso feito, chegou-se a algumas conclusões e recomendações para novos estudos relacionados com o tema abordado (cap.8).

ABSTRACT

The objective of this research was to analyse the intercompany gains or losses in sales of the investor from the investee in the reports of a entity shuated in Rio de Janeiro. Enfasys was imputed from the consolidation and the equity methods.

In the literature review, we have focused the principal concepts linked with the study and features of the treatments considered in this research (chap. 2).

We have decided to use the method of case study due the need for thoroughly identifying the effects produced by the problem focused (chap. 3).

After, we have shown the case where was identify the features of the transaction, corporations and treatment used (chap. 4).

Next, we have apply the others treatments from the case and same appropriated coments (chaps. 5 and 6).

The results obtained have enable us to analyse the treatments applied and the its effects in the accounting reports (chap. 7).

This done, we have come to same concluions and suggestions for new studies on the theme researched (chap. 8).

Í N D I C E

	Pág.
CAPÍTULO I — INTRODUÇÃO	1
1.1 - Considerações Gerais	1
1.2 - Origem, Delimitação e Importância do Problema	1
1.3 - O Problema e a Legislação Brasileira	2
1.4 - O Problema e a Técnica Contábil	3
1.5 - Objetivos do Estudo	4
 CAPÍTULO II — REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	 6
2.1 - Considerações Gerais	6
2.2 - Conceituação de Resultados Não Realizados Intersociedades ..	6
2.2.1 - Resultado Não Realizado e o Conceito da Realização da Receita	 9
2.2.2 - Resultado Não Realizado e o Conceito do Confronto das Despesas com as Receitas e com os Períodos Contá beis	 11
2.2.3 - Resultado Não Realizado e o Conceito da Entidade ...	12
2.3 - Tipos de Resultados Não Realizados	15
2.3.1 - Resultado Não Realizado em Vendas da Investida para a Investidora	 15
2.3.2 - Resultado Não Realizado em Vendas entre Investidas .	16
2.3.3 - Resultado Não Realizado em Vendas da Investidora pa ra a Investida	 17
2.4 - Resultado Não Realizado: Investidora-Investida e a Equivalên cia Patrimonial	 19
2.5 - Tratamento Legal: Procedimento Indicado	20
2.6 - Tratamento Legal: Entendimento da Equivalência Patrimonial .	22
2.7 - Tratamento Legal: Aspectos Positivos	24
2.7.1 - Menor Custo de Aplicação	24
2.7.2 - Reconhecimento do Resultado Realizado (Total) da In vestida	 25

	Pág.
2.7.3 - Antecipação de resultados já tributados	25
2.8 - Tratamento Legal: Aspectos Negativos	26
2.8.1 - Informações Inadequadas	26
2.8.2 - Entendimento Restrito do Conceito da Entidade	27
2.9 - Tratamento Legal Derivado: Procedimento Indicado	28
2.10- Tratamento Legal Derivado: Entendimento da Equivalência Pa trimonial	29
2.11- Tratamento Legal Derivado: Aspectos Positivos	31
2.11.1 - Segregação entre Resultado Não Realizado e Resulta do do Exercício	31
2.11.2 - Reconhecimento do Resultado Realizado (Total) da In vestida	32
2.12- Tratamento Legal Derivado: Aspectos Negativos	33
2.12.1 - Improcedência da Classificação em Resultados de exercícios Futuros	33
2.12.2 - Entendimento Restrito do Conceito da Entidade	35
2.12.3 - Avaliação Inadequada de Ativos e Passivos	36
2.12.4 - Maiores Custos	37
2.12.5 - Reconhecimento do Resultado Posteriormente à sua Tributação	38
2.13- Tratamento da Eliminação: Procedimento Indicado	38
2.14- Tratamento da Eliminação: Entendimento da Equivalência Patri monial	40
2.15- Tratamento da Eliminação: Aspectos Positivos	42
2.15.1 - Eliminação dos Efeitos dos Resultados Não Realiza dos: Investidora-Investida na Investidora	42
2.15.2 - Entendimento Amplo do Conceito da Entidade	43
2.16- Tratamento da Eliminação: Aspectos Negativos	43
2.16.1 - Redução Indevida do Resultado Realizado na Investi da, Reconhecido na Investidora	44
2.16.2 - Improriedade Quando o Resultado Não Realizado Posi tivo for Superior ao Valor do Investimento	45
2.16.3 - Maiores Custos	46
2.16.4 - Reconhecimento do Resultado Posteriormente à sua Tributação	46
2.17- Apuração do Valor dos Resultados Não Realizados: Investido ra-Investida	47

	Pág.
2.18- Resumo do Capítulo	48
Notas do Capítulo	50
 CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	 56
3.1 - Considerações Gerais	56
3.2 - Questões da Pesquisa	56
3.3 - Entrevistas	57
3.4 - Estudo de Caso	58
3.4.1 - Coleta dos Dados	59
3.4.2 - Análise Comparativa	60
3.5 - Limitações da Pesquisa	63
Notas do Capítulo	64
 CAPÍTULO IV – TRATAMENTO LEGAL	 65
4.1 - Considerações Gerais	65
4.2 - Informações sobre o Investimento	65
4.3 - Informações sobre a Transação	66
4.3.1 - Natureza dos Bens Transacionados	66
4.3.2 - Informações Financeiras da Transação	67
4.3.3 - Principais Cálculos dos Resultados Não Realizados: Investidora-Investida	68
4.3.3.1 - Valor do Imposto de Renda	69
4.3.3.2 - Valor dos Encargos de Vendas	71
4.4 - Demonstrações Contábeis Resultantes	72
4.4.1 - Relatórios da Investidora	73
4.4.1.1 - Balanço Patrimonial	74
4.4.1.2 - Demonstração de Resultado do Exercício ...	76
4.4.1.3 - Demonstração de Origens e Aplicações de Re cursos	78
4.4.1.4 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Lí quido	80
4.4.2 - Relatórios Consolidados	81
4.4.2.1 - Balanço Patrimonial	82
4.4.2.2 - Demonstração do Resultado do Exercício ...	84

	Pág.
4.4.2.3 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos	87
4.4.2.4 - Informação Adicional	90
4.4.3 - Relatórios da Investida	91
4.5 - Considerações sobre as Demonstrações Contábeis Resultantes ..	94
4.5.1 - Custo da Informação	94
4.5.2 - Demonstrações Contábeis da Investidora	95
4.5.2.1 - Demonstração do Resultado do Exercício ...	95
4.5.2.2 - Mutações do Patrimônio Líquido	96
4.5.2.3 - Balanço Patrimonial	97
4.5.2.4 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos	98
4.5.3 - Demonstrações Contábeis Consolidadas	98
4.5.3.1 - Eliminação do Lucro Bruto	99
4.5.3.1.1 - Eliminação do Total das Vendas	100
4.5.3.1.2 - Eliminação dos Resultados Não Realizado: Investidora-Investi da dos Estoques	100
4.5.3.2 - Diferimento do Imposto de Renda	101
4.5.3.3 - Reclassificação dos Encargos	102
4.5.3.4 - Procedimentos do Período Subseqüente	103
4.5.3.5 - Informações Adicionais	105
4.5.4 - Demonstrações Contábeis da Investida	107
4.6 - Resumo do Capítulo	108
Notas do Capítulo	109
 CAPÍTULO V – TRATAMENTO LEGAL DERIVADO	 110
5.1 - Considerações Gerais	110
5.2 - Procedimento Indicado	110
5.3 - Demonstrações Contábeis Resultantes	114
5.3.1 - Balanço Patrimonial	116
5.3.2 - Demonstração do Resultado do Exercício	118
5.3.3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos ...	120
5.3.4 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	122

	Pág.
5.4 - Considerações sobre as Demonstrações Contábeis Resultantes .	123
5.4.1 - Custo da Informação	123
5.4.2 - Demonstrações Contábeis da Investidora	123
5.4.2.1 - Demonstração do Resultado do Exercício ...	124
5.4.2.2 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	126
5.4.2.3 - Balanço Patrimonial	126
5.4.2.4 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)	127
5.5 - Resumo do Capítulo	128
 CAPÍTULO VI — TRATAMENTO DA ELIMINAÇÃO	 130
6.1 - Considerações Gerais	130
6.2 - Procedimento Indicado	130
6.3 - Demonstrações Contábeis Resultantes	136
6.3.1 - Balanço Patrimonial	137
6.3.2 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos ..	139
6.4 - Considerações sobre as Demonstrações Contábeis Resultantes .	141
6.4.1 - Custo da Informação	141
6.4.2 - Demonstrações Contábeis da Investidora	141
6.4.2.1 - Balanço Patrimonial	142
6.4.2.2 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	143
6.5 - Resumo do Capítulo	144
 CAPÍTULO VII — ANÁLISE COMPARATIVA DOS TRATAMENTOS	 145
7.1 - Considerações Gerais	145
7.2 - Custo versus Benefício da Informação	145
7.3 - Qualidade da Informação	147
7.3.1 - Conceito da Entidade	147
7.3.2 - Lucro Realizado (Total) da Investida	147
7.3.3 - Resultado Não Realizado Versus Resultado Realizado, na Investidora	148

	Pág.
7.3.4 - Improcedência da Classificação em Resultados de Exercícios Futuros	148
7.3.5 - Diferença entre os Lucros Líquidos Consolidado e da Investidora	148
7.3.6 - Diferenças entre os Patrimônios Líquidos Consolidado e da Investidora	149
7.3.7 - Superavaliação de Ativos e Passivos, na Investidora.	149
7.3.8 - Superavaliação de Ativos e Passivos, na Investida ..	149
7.3.9 - Improriedade Quando o Lucro Não Realizado é Superior ao Valor do Investimento	150
7.4 - Aspectos Fiscais	150
7.5 - Resumo do Capítulo	151
Notas do Capítulo	153
 CAPÍTULO VIII — CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	154
8.1 - Considerações Gerais	154
8.2 - Conclusões	154
8.2.1 - Controvérsia do Tema	154
8.2.2 - Adequabilidade dos Tratamentos	155
8.3 - Recomendações	156
8.3.1 - Interferência do Fisco	156
8.3.2 - Estudo sobre a Eliminação dos Resultados Não Realizados: Investidora-Investida	157
8.3.3 - Imposto de Renda nos Relatórios consolidados	157
8.4 - Sugestões Para Novas Pesquisas	158
8.4.1 - Ocorrência da Transação Estudada e sua Frequência ..	158
8.4.2 - O Problema na Investida	159
8.4.3 - Contratos de Longo Prazo	159
8.4.4 - O Problema nos Itens Permanentes	160
8.4.5 - Parâmetros Legais	160
 BIBLIOGRAFIA	161

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

A contabilidade demonstra uma potencialidade de pesquisas consideravelmente ampla e este estudo tenciona explorar alguns aspectos relacionados com a técnica de avaliação dos investimentos pelo patrimônio líquido-EP.*

1.2 - ORIGEM, DELIMITAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA:

Nos últimos anos, a necessidade de estreitamento derivada do acirramento da concorrência, escassez de recursos financeiros e naturais, entre outros, tem estimulado o aperfeiçoamento das técnicas de avaliação das relações intersociedades, via investimentos (Equivalência Patrimonial e Consolidação das Demonstrações Contábeis). Suportando-se neste fato, o objetivo básico desta pesquisa é contribuir para o aperfeiçoamento da aplicação da técnica da equivalência patrimonial através do estudo de um ponto questionável que se consubstancia no tratamento atribuído aos resultados provenientes de vendas efe

* Esta técnica é amplamente conhecida como Equivalência Patrimonial (EP), embora não haja respaldo na Lei 6404/76. Por isso, esta denominação foi adotada. Este e outros conceitos utilizados na introdução serão aprofundados no desenvolvimento do estudo.

tuadas pela investidora às suas investidas e cujos ativos negociados permanecem registrados nestas empresas – resultado não realizado entre investidora e investida (RNR: INVESTIDORA-INVESTIDA).

A questão gira em torno da determinação do tratamento mais adequado para o registro destes resultados não realizados, uma vez que esta operação poderá ser formalizada sem a independência provocada pelos interesses entre compradores e vendedores. Parece evidente que a ocorrência desta transação pode comprometer a adequabilidade das informações contábeis apresentadas pelas empresas envolvidas.

As considerações elaboradas acima parecem ser suficientes para caracterizar a importância de um estudo que possui o objetivo de demonstrar os efeitos causados pelos tratamentos estudados sobre os relatórios contábeis.

1.3 - O PROBLEMA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA:

A legislação brasileira atribui tratamentos diferenciados aos diversos tipos de resultados não realizados (RNR) na aplicação da técnica da equivalência patrimonial. Os RNR: Investidora-Investida são considerados resultados do exercício da empresa investidora sem nenhum tratamento especial, embora alguns estudiosos (Martins, Almeida, etc.) sejam contra este procedimento.

As autoridades responsáveis pela normatização dos procedimentos contábeis no Brasil (Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por exemplo) já apresentam sinais de preocupação

com respeito ao assunto em seus textos legais (exemplo: Ofício Circular CVM 309/86, que aborda as transações entre partes relacionadas). Entretanto, acredita-se que esta preocupação deva ser redobrada em decorrência da complexidade envolvida.

Os textos legais que abordam a aplicação da técnica de Consolidação das Demonstrações Contábeis tratam todos os resultados intercompanhias de forma similar, ou seja, procedem a eliminação. Porém, a obrigatoriedade de aplicação desta técnica exige o preenchimento de rígidos requisitos determinados pela legislação específica (Lei 6.404/76 e Instrução Normativa CVM 15/80). Por isso, muitos investimentos, em que a empresa investidora possui influência na gerência da investida, não são consolidados. Em consequência, o efeito dos RNR: INVESTIDORA-INVESTIDA sobre as informações contábeis poderá não ser eliminado em um número considerável de casos.

1.4 - O PROBLEMA E A TÉCNICA CONTÁBIL:

Na área contábil existe toda uma controvérsia sobre o problema dos RNR: Investidora-Investida. A maior delas parece residir no entendimento do conceito de equivalência patrimonial e seus objetivos básicos.

Nos trabalhos recentemente divulgados (Boletins IOB 23/82, 24/82, 29/86, Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações/Atlas, entre outros) tem havido um maior consenso de que os RNR: Investidora-Investida podem afetar a adequabilidade das informações contábeis. Portanto, tratamentos diferentes daque

le estabelecido na legislação devem ser estudados e desenvolvidos.

Foram identificados duas formas de tratamento do problema diferentes da legal. A primeira delas consiste em eliminar os RNR: Investidora-Investida dos relatórios da investidora, através do ajuste da equivalência patrimonial — procedimento adotado nos Estados Unidos da América (Financial Accounting Statements Board — FASB, Miller's Comprehensive GAAP Guide, etc.).

A segunda forma de tratamento dos RNR: Investidora-Investida consiste no seu diferimento até que os bens transacionados sejam vendidos para empresas não ligadas societariamente. Este procedimento também possui seus defensores (Almeida, Martins, entre outros) que, no entanto, aparentemente, não elaboraram estudos comparativos sobre os demais procedimentos, em termos de efeitos sobre as demonstrações contábeis.

1.5 - OBJETIVOS DO ESTUDO:

Sumariando os comentários tecidos inicialmente, este estudo tem por objetivo o aprofundamento nas questões relativas ao tratamento contábil dos RNR: Investidora-Investida, enfatizando-se o aprimoramento da utilização das técnicas de equivalência patrimonial e consolidação e do conceito da evidência.

Este objetivo tentará ser alcançado através do estudo de um caso observado pelo pesquisador. A transação foi pro

cessada em conformidade com os três tratamentos identificados na literatura, o que proporcionou a comparação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis.

Com base na comparação entre os três tratamentos estudados foi possível elaborar recomendações e sugestões para futuras pesquisas relacionadas com o tema abordado.

CAPÍTULO 11

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O capítulo de Revisão Bibliográfica e fundamentação teórica apresentará os conceitos básicos relacionados com o assunto e que servirão de parâmetros para o desenvolvimento do estudo do caso considerado nesta pesquisa.

2.2 - CONCEITUAÇÃO DE RESULTADOS NÃO REALIZADOS INTERSOCIEDADES:

O Boletim IOB 23/82 define os lucros não realizados da seguinte forma:

são aqueles decorrentes de operações intercompanhias ou intracompanhias (na realidade intersociedades ou intrasociedades) e que dizem respeito a itens ainda mantidos nos ativos dessas ou dessa sociedade.¹

Embora o autor tenha limitado a definição supra aos lucros não realizados, nada impede que seu entendimento seja ampliado para atender ao conceito de RNR, uma vez que tem validade também para os prejuízos não realizados (nota-se que os resultados intrasociedades não fazem parte do escopo desta pesquisa).

Portanto, os RNR intersociedades são transações comerciais de ativos que atendam às seguintes condições cumulativamente:

- a) haver lucro ou prejuízo na transação;
- b) os itens estarem registrados, integral ou parcialmente, no ativo da empresa compradora; e
- c) que as empresas envolvidas possuam ligações societárias entre si.

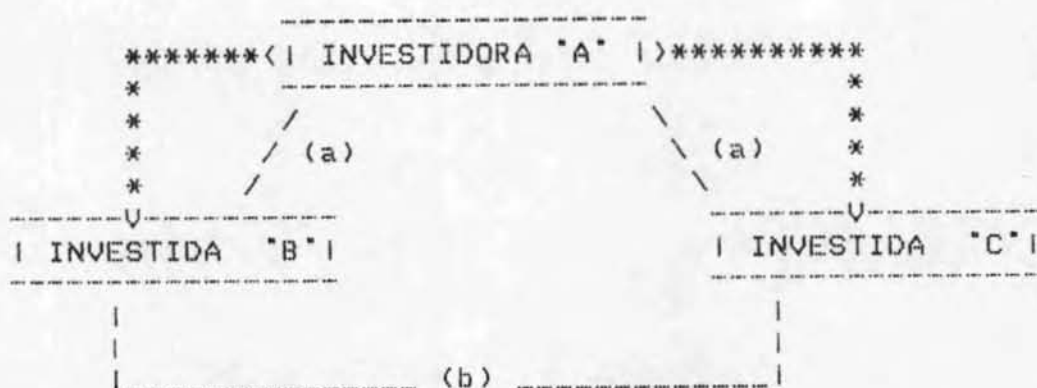
As ligações societárias devem ser entendidas como quaisquer vínculos relacionados com participações no capital social. Estas ligações societárias podem ser classificadas abrangentemente² em duas categorias que são as seguintes:

- a) ligação investidora-investida, e
- b) ligação entre investidas que possuem investidora comum.

A ligação investidora-investida caracteriza-se pela participação, direta ou indireta, de uma empresa (investidora) no capital social de outra (investida).

A ligação entre investidas que possuem investidora comum caracteriza-se pela participação, direta ou indireta, de uma empresa (investidora) no capital social de duas ou mais empresas (investidas), que passam a compor um conjunto de empresas com laços societários. A figura 1 ilustra o assunto:

Figura 1



Legenda:

>*****> — Participação no capital social, sentido investidora para investida.

----- — Ligação societária.

a) Ligação investidora-investida;

b) Ligação entre investidas com investidora comum.

A partir desta conceituação de RNR, surgem as seguintes questões: por que estes resultados são considerados não realizados? Quais os efeitos destes RNR na adequabilidade da informação contábil?

As respostas destas perguntas estão relacionadas com os conceitos contábeis (a) da entidade, (b) da realização da receita e (c) confronto das despesas com as receitas e com os períodos contábeis. A forma de interpretação destes conceitos auxilia a determinação do tratamento contábil atribuível ao fato em estudo.

2.2.1 - Resultado não realizado e o conceito da realização da receita:

Os RNR estão intimamente relacionados com o conceito da realização da receita devido ao fornecimento de parâmetros básicos para determinar-se um resultado realizado ou não. Este conceito está assim enunciado na Deliberação nº 29 de 05.02.86:

A receita é considerada realizada e, portanto, passível de registro pela contabilidade, quando produtos ou serviços produzidos ou prestados pela Entidade são transferidos para outra Entidade ou pessoa física com a anuência destas e mediante pagamento ou compromisso de pagamento especificado perante a Entidade produtora.³

Do enunciado supra, destaca-se a idéia de que, usualmente, não existe realização de receita, caso a transação não ultrapasse os limites da entidade produtora. Isto porque, entre outros aspectos, o momento da transferência dos bens ou serviços para outra entidade determina um valor objetivo e adequado para o registro da transação (o valor de mercado).

Falando sobre a objetividade e independência do valor de registro de transações formalizadas entre empresas ligadas societariamente e onde verifica-se o exercício de influência nas decisões intersociedades, Paton e Littleton fazem o seguinte comentário:

o preço agregado envolvido, sendo o fato quantitativo primário da transação, é o valor objetivamente determinado para ser aceito por acordo. Nota-se que este valor não é objetivamente determinado se for baseado

no julgamento de uma parte somente. A condição que valida o valor do custo é a ação simultânea de duas partes independentes motivadas pelos seus interesses prôprios.⁴

E complementam:

numa transação cujo resultado não é proveniente de uma barganha entre partes independentes, o 'preço' será visto com certa desconfiança.⁵

As citações supra abordam um aspecto muito importante relacionado com a realização da receita e o momento em que o valor da transação torna-se confiável. Dentro de uma mesma entidade qualquer barganha de preço poderia estar impregnada de interesses superiores comuns.

O governo do Japão, ao justificar a exigência de relatórios consolidados, faz o seguinte comentário sobre este asunto:

Observadores financeiros acreditam que a medida ajuda rã a acabar com a prática japonesa, baseada na tradição, de 'embelezar' os resultados financeiros da matriz descarregando os prejuízos em subsidiárias desaforfortunadas, cujos prejuízos raramente eram enunciados... Quando as empresas precisavam apresentar lucros maiores, vendiam seus produtos a subsidiárias por um preço inflacionado...⁶

Portanto, o aspecto da influência nas decisões intersociedades prejudica a objetividade das características (preço, quantidade, etc.) estabelecidas para a transação. Isso porque as empresas participam acionariamente em outras (com caráter de

permanência) com o objetivo de garantir fornecimentos, diversificar a atuação da entidade, entre outros. Portanto, é lógico presumir que o grau de independência no estabelecimento das características de uma transação comercial entre empresas ligadas societariamente poderá tornar-se diferente de outra formalizada com uma entidade na qual não existe participação acionária.

A C.V.M., atenta a esta questão, determinou que as companhias abertas evidenciassem destacadamente estas (e outras) transações. O Ofício Circular CVM 309, de 17.12.86, solicita destaque especial na evidenciação das:

operações com entidades físicas e jurídicas, com as quais a companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência, tais como: controladas, coligadas..., etc.

Assim, fica claro a preocupação da C.V.M. com a deturpação que pode existir com a ocorrência das transações intersociedades ligadas societariamente. Como a presente pesquisa está direcionada para a contabilidade financeira, onde o alvo principal é o usuário externo, a adequabilidade da informação contábil não deve ficar exposta aos riscos apresentados acima.

2.2.2 - Resultado não realizado e o conceito do confronto das despesas com as receitas e com os períodos contábeis:

O conceito do confronto das despesas com as receitas e com os períodos contábeis também possui uma estreita relação com os RNR. Seu enunciado diz o seguinte:

Toda despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período, com as mesmas de verã ser confrontada; os consumos ou sacrifícios de ativos (atuais ou futuros), realizados em determinado período e que não puderam ser associados à receita do período nem as dos períodos futuros, deverão ser des carregados como despesa do período em que ocorre rem...⁷

Por este conceito contábil, nenhuma despesa deve ser descarregada no resultado do exercício corrente, caso esteja as sociada a uma receita cuja realização ocorrerá em período subse^qüente.

Com isso, pode-se considerar RNR como sendo um confronto de receitas e despesas associadas (lucro ou prejuízo), vinculado a transações entre empresas ligadas societariamente, cujo conceito da realização não é atendido.

Entretanto, permanece a questão: como uma transação efetuada entre empresas pode não atender ao conceito da reali^zação da receita? A resposta a esta questão será abordada atra^vés do estudo do conceito da entidade.

2.2.3 - Resultado não realizado e o conceito da entidade:

O postulado contábil da entidade é um dos pontos cen^{tr}ais do desenvolvimento deste estudo. É, porém, bastante controvertido o seu entendimento devido à dificuldade de efetuar-se uma perfeita delimitação, em alguns casos. Uma situação de difícil consenso ocorre quando estão envolvidas empresas que possuam ligações societárias entre si.

A discussão do conceito contábil da entidade será iniciado pela apresentação do seu enunciado, que é o seguinte: *O Patrimônio da entidade não se confunde com os de seus sócios ou acionistas, ou proprietário individual.*⁸

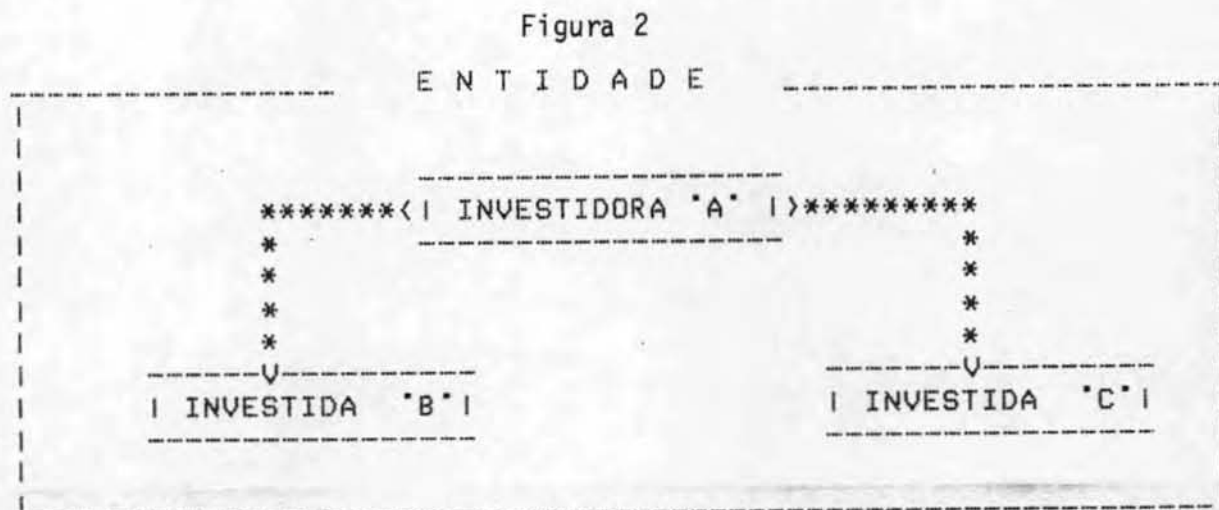
Aparentemente, este enunciado não gera nenhuma controvérsia, uma vez que a delimitação jurídica está bastante clara. Ou seja, a entidade estabelecida formalmente é perfeitamente diferenciável, em qualquer situação, de seus sócios. Este entendimento, porém, reflete somente a visão jurídica do conceito que privilegia a forma em detrimento da essência.

Entretanto, o conceito da entidade visto somente pela ótica jurídica não é suficiente para proporcionar adequabilidade às informações contábeis. Dentre outras dimensões existentes, a econômica proporciona um grande subsídio ao desenvolvimento deste estudo. *A Entidade, segundo sua dimensão econômica, caracteriza-se como massa patrimonial, cujo evoluir, quantitativo e qualitativo, a contabilidade precisa acompanhar.*⁹

A partir desta dimensão econômica surge o entendimento do conceito derivado de MACROENTIDADE, consubstanciando-se na massa patrimonial ou no conjunto de entidades jurídicas que caminham na mesma direção, motivadas por interesses comuns, devido ao exercício de algum tipo de influência administrativa. Como exemplo deste entendimento, a contabilidade mostra-se *trremendamente sãbia em cancelar as transações interentidades ligadas por traços de controle econômico e administrativo, para chegar ao todo ou CONSOLIDADO.*¹⁰ Sob esta ótica, a contabilidade

privilegia a essência, independentemente da forma na qual esteja revestida.

Com base no que foi desenvolvido até o momento, a figura 2 pode ser apresentada da seguinte forma:



No passado, a substância e a forma praticamente fundiam-se numa única coisa. Porém, com o aumento da complexidade do ambiente econômico, estes conceitos conflitam em algumas situações.

Como a contabilidade objetiva retratar a situação econômico-financeira da entidade e esta vincula-se preponderantemente à essência, pode-se afirmar que a substância deve ser enfatizada em detrimento da forma, quando conflitantes.

Retomando a questão da realização, torna-se coerente afirmar que os resultados provenientes de transações entre empresas ligadas societariamente não devem ser considerados realizados. Isto porque, nenhum bem ou serviço foi, em essência, transferido para terceiros estranhos à entidade produtora (con

ceito da realização), embora tenha envolvido duas entidades jurídicas distintas.

2.3 - TIPOS DE RESULTADOS NÃO REALIZADOS:

O sentido da transação e a categoria de ligação societária intersociedades determinarão o tipo de RNR existente. Estes tipos podem ser classificados da seguinte forma:

- a) em vendas da investida para a investidora (RNR: Investida-Investidora);
- b) em vendas entre investidas de investidora comum (RNR: Investidas); e,
- c) em vendas da investidora para a investida (RNR: Investidora-Investida).

Esta classificação é importante para a identificação dos diversos itens contábeis (contas nas diversas empresas) que são envolvidos e os tipos de tratamentos contábeis a eles dispensados.

2.3.1 - Resultado não realizado em vendas da Investida para a Investidora:

Os RNR: Investida-Investidora consubstanciam-se nos lucros ou prejuízos apurados em vendas da investida para a investidora que mantêm os itens adquiridos, parcial ou totalmente, no seu ativo. Esta transação é demonstrada de forma simplificada na figura 3, a seguir:

Figura 3

RNR: Investida-Investidora

ENTIDADE					
INVESTIDA "A" (vendedora)			INVESTIDORA "B" (compradora)		
ATIVO	PASSIVO		ATIVO	PASSIVO	
1		=====	3		
	PL			PL	
	2				

Legenda:

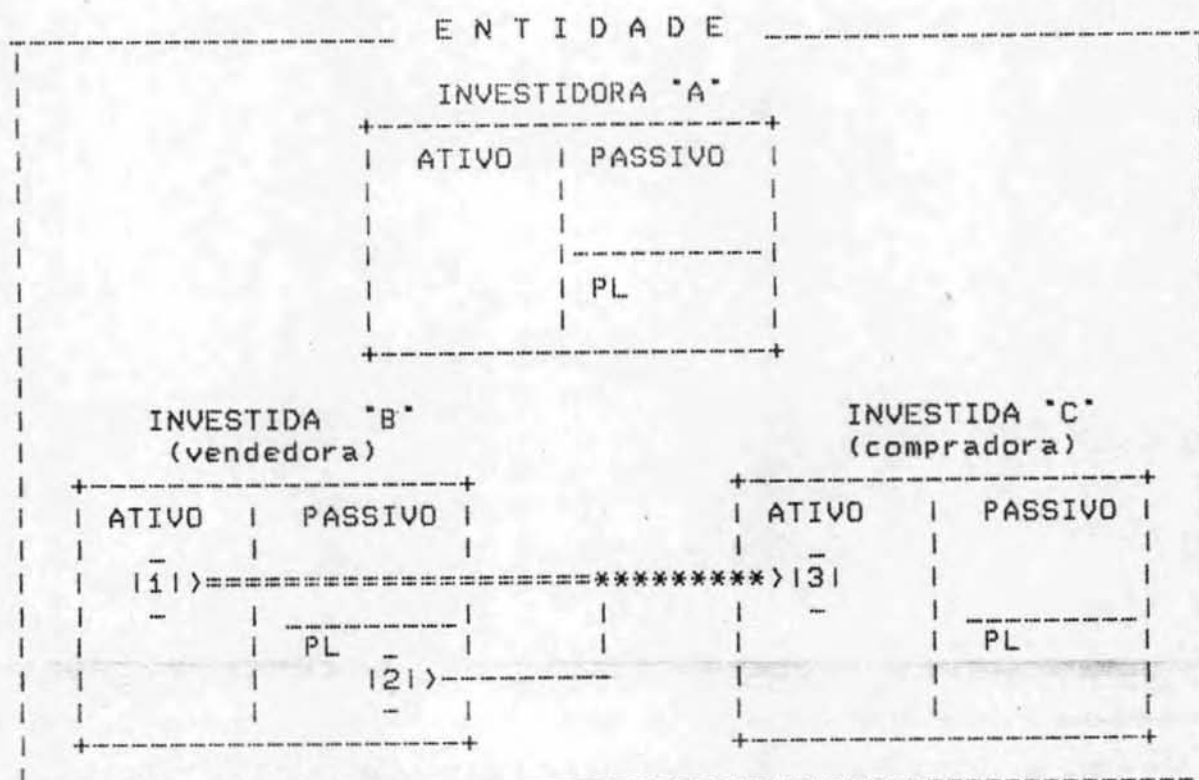
- 1 - valor dos bens adquiridos de terceiros (ou produzidos), vendidos por "A" para "B";
- 2 - resultado auferido na venda;
- 3 - valor dos bens adquiridos de "A" por "B" (1+2).

2.3.2 - Resultados não realizados em vendas entre investidas:

Os RNR: Investidas representam lucros ou prejuízos originados de transações de vendas de uma investida para outra que, por sua vez, mantém os itens, total ou parcialmente, registrados no seu ativo. É importante observar que as investidas devem possuir investidora comum. A figura 4 demonstra a transação:

Figura 4

RNR: Investidas



Legenda:

- 1 - valor dos bens adquiridos de terceiros (ou produzidos), vendidos pela investida "B" para a investida "C" (investidora comum: "A");
- 2 - resultado auferido na venda;
- 3 - valor dos bens adquiridos de "B" por "C" (1+2).

2.3.3 - Resultado não realizado em vendas da Investidora para a Investida:

Os RNR: Investidora-Investida são os resultados provenientes de vendas da investidora para uma investida que man

têm os itens, parcial ou totalmente, registrados no seu ativo.
A demonstração simplificada desta transação é efetuada abaixo:

Figura 5

RNR: Investidora-Investida

```

----- ENTIDADE -----
|
|      INVESTIDORA "A"      INVESTIDA "B"
|      (vendedora)          (compradora)
|
|  +-----+               +-----+
|  | ATIVO | | PASSIVO |   | ATIVO | | PASSIVO | | |
|  |  -    | |         |   |  -    | |         |
|  |  |1| >=====|13|   |  -    | |         |
|  |  -    | |         |   |  -    | |         |
|  |      | | PL      |   |      | | PL      |
|  |      | |         |   |      | |         |
|  |      | |  |2| >-----|   |      | |         |
|  |      | |  -    |   |      | |         |
|  |      | |         |   |      | |         |
|  +-----+               +-----+

```

Legenda :

- 1 - valor dos bens adquiridos de terceiros (ou produzidos), vendidos por "A" para "B";
- 2 - resultado auferido na venda;
- 3 - valor dos bens adquiridos de "A" por "B" (1+2).

Percebe-se na figura 5 que o lucro da operação não está registrado no patrimônio líquido da investida. Este fato gera interpretações divergentes respaldando os procedimentos que serão abordados oportunamente.

2.4 - RESULTADO NÃO REALIZADO: INVESTIDORA-INVESTIDA E A EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:

Os RNR: Investida-Investidora e RNR: Investidas são eliminados no ajuste da equivalência patrimonial, por isso não comprometem a adequabilidade da informação contábil da investidora (exceto a avaliação dos itens mantidos nos ativos desta empresa). Entretanto, nas investidas os problemas ainda existem.

Quanto aos RNR: Investidora-Investida, verifica-se a inexistência de consenso entre os estudiosos quanto ao seu tratamento na aplicação da técnica da equivalência patrimonial.

A C.V.M., por exemplo, determina que nenhuma eliminação deve ser processada (Instrução CVM 01/78). Esta posição fundamenta-se no fato de que inexistente RNR no patrimônio líquido da investida. Esta é a posição assumida nos textos legais (apresentados mais adiante), que regulamentam a prática contábil no Brasil (tratamento legal).

No entanto, alguns estudiosos (Miller, Paton, Littleton, etc.) defendem a eliminação dos RNR: Investidora-Investida na aplicação da técnica da equivalência patrimonial. Este procedimento é amplamente assumido nos E.U.A.

Durante a pesquisa bibliográfica efetuada, foi encontrada uma terceira posição que se caracteriza como uma derivação do tratamento legal. Segundo seu entendimento, nenhum ajuste deve ser efetuado ao aplicar-se a técnica de equivalência

patrimonial. Entretanto, seus defensores (Martins, Almeida, etc.) consideram necessário o destaque dos RNR: Investidora-Investida, através do seu diferimento, não transitando pelo resultado do exercício da investidora.

Em resumo, foram identificados três formas de tratamento dos RNR: Investidora-Investida que são os seguintes:

- a) TRATAMENTO LEGAL — primeira alternativa;
- b) TRATAMENTO DA ELIMINAÇÃO — segunda alternativa; e
- c) TRATAMENTO LEGAL DERIVADO — terceira alternativa.

Nenhuma destas formas de tratamento elimina todos os efeitos dos RNR: Investidora-Investida. Contudo, algumas alternativas propõem-se a eliminar os efeitos específicos da transação na investidora. Este fato parece representar um grande avanço para a contabilidade.

A seguir, serão abordadas as alternativas encontradas na literatura para o tratamento dos RNR: Investidora-Investida. Estas alternativas propõem procedimentos contábeis distintos, devido à divergência de entendimento de alguns conceitos básicos.

2.5 - TRATAMENTO LEGAL: Procedimento Indicado

O procedimento indicado pelo tratamento legal é bastante simples. Basta ignorar os RNR: Investidora-Investida, considerando-os efetivamente realizados. Portanto, nada deve ser feito para destacá-los.

Este procedimento é abordado no Inciso I, do artigo 248, da Lei 6.404/76 que determina:

... no valor do patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas.

Este texto legal gera algumas dúvidas quanto à sua interpretação. O trecho: *... resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia...*, inclui todos os RNR.

Entretanto, o trecho: *... no valor do patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados...*, sugere que somente os RNR embutidos no patrimônio líquido das investidas deveriam ser eliminados.

A C.V.M. definiu-se por não eliminar os RNR: Investidora-Investida, através das Alíneas "a" e "b", do Inciso XVII, da Instrução 01/78, determinando que somente os RNR *... incluídos no resultado de uma coligada ou de uma controlada...* (abrange, investida) deverão ser excluídos, na aplicação da equivalência patrimonial.¹¹

Portanto, como pode ser observado na citação supra, os RNR: Investidora-Investida não são eliminados, para fins de equivalência patrimonial, por não estarem registrados no patrimônio líquido da investida (coligada ou controlada). Esta argumentação é utilizada pelos autores que discordam da sua eliminação no ajuste da equivalência patrimonial, quando afirmam que:

*Como na Equivalência está se tomando como base o patrimônio líquido da sociedade investida, só interessam os lucros nos estoques que a investida tenha vendido. Se a investidora vender à investida, esse lucro não é contemplado nem ajustado na avaliação pelo valor do patrimônio líquido.*¹²

Portanto, o procedimento indicado pelo tratamento legal dos RNR: Investidora-Investida consiste em considerá-lo como resultado realizado na investidora.

2.6 - TRATAMENTO LEGAL: Entendimento da Equivalência Patrimonial

O procedimento indicado pelo tratamento legal tem respaldo numa determinada forma de entender a equivalência patrimonial. Este entendimento, todavia, não considera abrangentemente a abordagem econômica do conceito da entidade na aplicação desta técnica, uma vez que nem todos os RNR são eliminados.

Sintetizando-se o conteúdo do Inciso XXVI, da Instrução CVM 01/78,¹³ que trata da classificação do ajuste na investidora, observa-se os seguintes pontos, em relação à técnica da equivalência patrimonial:

- a) esta técnica não representa somente uma forma de reconhecer na investidora os resultados obtidos pela investida. Outras variações do patrimônio líquido também são reconhecidas;
- b) esta técnica não representa uma forma de reconhecer somente no resultado da investidora as variações ocorridas no patrimônio líquido da investida.

Verifica-se a classificação de parte destas variações feita diretamente no patrimônio líquido da investidora (exemplo: Reservas de Reavaliação); e,

- c) esta técnica parece representar uma forma de reconhecer no patrimônio da investidora as variações ocorridas no patrimônio líquido da investida. Isto é obtido através da conta de investimento como contrapartida.

Estas considerações parecem desenhar um entendimento da equivalência patrimonial como sendo a consolidação entre a investidora e o patrimônio líquido da investida. Portanto, a investidora e o patrimônio líquido da investida seriam uma única entidade econômica. A figura 7 ilustra o assunto:

Figura 7

Entendimento da Equivalência Patrimonial
no Tratamento Legal



Este entendimento parece ser ratificado pelo Inciso XIV, da Instrução CVM 01/78, que determina os procedimentos característicos da técnica de Consolidação, aplicáveis ao patrinimônio líquido da investida.¹⁴

2.7 - TRATAMENTO LEGAL: Aspectos Positivos

O tratamento legal possui três aspectos positivos basicos que são os seguintes:

- a) menor custo de aplicação;
- b) reconhecimento do resultado realizado (total) da investida; e
- c) antecipação de resultados já tributados.

2.7.1 - Menor custo de aplicação

A aplicação do tratamento legal aos RNR: Investidora-Investida, em princípio, requer um número consideravelmente menor de controles e procedimentos nas empresas envolvidas. Este argumento procede pelo fato de que os controles utilizados para identificar e processar as informações relativas às vendas da investidora para a investida podem ser custosos para estas empresas.

Portanto, ignorar este RNR pode representar uma significativa economia de custos para o fornecimento de informações contábeis (principalmente se a empresa não efetuar a consolidação de seus relatórios).

2.7.2 - Reconhecimento do resultado realizado (total) da investida

O tratamento legal reconhece integralmente na investidora o acréscimo (ou decréscimo) ocorrido no patrimônio líquido da investida, decorrente de resultados obtidos com terceiros. Isto porque o RNR: Investidora-Investida não está registrado neste grupamento do balanço.

Caso se subtraia deste resultado (obtido com terceiros) os RNR: Investidora-Investida, o valor transferido para a investidora não representará o total dos resultados efetivamente realizados pela investida (ou participação que cabe àquela empresa).

2.7.3 - Antecipação de resultados já tributados

Os resultados provenientes do ajuste da equivalência patrimonial não são tributados. Portanto, sua redução (através da eliminação dos RNR: Investidora-Investida) acarretaria uma redução no resultado do exercício, desacompanhada de uma redução nos encargos tributários.¹⁵

Como o Fisco aplica somente a abordagem jurídica do conceito da entidade, o lucro proveniente desta venda é normalmente tributado. Embora exista o procedimento contábil de classificar o pagamento deste imposto no ativo (diferimento do imposto) para tornar a informação mais adequada, esta eliminação não proporcionaria um adiamento deste pagamento.

Portanto, os administradores das investidoras poderiam considerar vantajosa a alternativa do tratamento legal devido à posição econômico-financeira mais favorável por ele proporcionada, sem que ocorra aumento da carga tributária da empresa.

2.8 - TRATAMENTO LEGAL: Aspectos Negativos

As principais críticas negativas sofridas pelo tratamento legal são as seguintes:

- a) informações inadequadas; e
- b) entendimento restrito do conceito da entidade.

2.8.1 - Informações Inadequadas

O principal argumento utilizado contra o tratamento legal consubstancia-se no fato de que os RNR: Investidora-Investida não são eliminados das demonstrações financeiras da investidora. Este fato proporciona uma grande lacuna, podendo acarretar a manipulação de informações, devido à falta de independência na formalização das transações que geram estes RNR.

Os RNR: Investidora-Investida podem afetar significativamente a adequabilidade da informação contábil. Este fato é evidenciado no seguinte texto:

A quase totalidade das investidoras está resgistrando essas transações como lucro e raríssimos contadores e auditores estão a evitar esse tratamento inadequado ...

*Essa situação tem provocado o surgimento de situações to-
talmente esquisitas, como se tem visto na prática: a in-
vestidora apresenta lucros no seu balanço individual que,
na consolidação são eliminados por não serem realiza-
dos ...*¹⁶

Então, parece claro que os relatórios contábeis ela
borados com base no tratamento legal podem estar comprometidos.
Este fato parece ser o aspecto negativo mais importante, apont
ado por seus opositores.

2.8.2 - Entendimento restrito do conceito de entidade

A definição de equivalência patrimonial sob a ôtica
restrita do conceito da entidade proporciona situações totalmen
te esquisitas, como visto anteriormente.

A crença de que através da consolidação da investidor
a com o patrimônio líquido da investida está-se abrangendo as
empresas como um todo, parece inadequada. Considerar somente
a diferença entre ativo e passivo exigível (e resultados de
exercícios futuros), sem considerar outras transações que não
estejam registradas no patrimônio líquido da investida, não perm
ite identificar problemas cuja contrapartida esteja no balanç
o da investidora, como é o caso dos RNR: Investidora-Investii
da. Desconsiderando-se o ativo da investida, esta transação
será ignorada permanecendo inalterado o problema do reconhecim
ento de resultados dentro da própria entidade. Com isso, o
potencial de geração de informações mais adequadas através da
aplicação da equivalência patrimonial será reduzido consideravelmente.

2.9 - TRATAMENTO LEGAL DERIVADO: Procedimento Indicado

O procedimento indicado pelo tratamento legal deriva do consiste em retirar do resultado do exercício da investidora o valor referente aos RNR: Investidora-Investida. Assim, seus defensores reconhecem os problemas causados por estes RNR.

Concordam, também, com os que defendem o tratamento legal no tocante ao ajuste da equivalência patrimonial. Estas afirmações são confirmadas pelo texto citado abaixo:

para finalidade desse ajuste não há realmente que se considerar o lucro obtido pela controladora as suas controladas, nem o auferido pela investidora em negociação com suas coligadas. Afinal, a equivalência toma como base o patrimônio líquido das controladas e coligadas. E qual é o montante de lucro incorporado a esses patrimônios líquidos, se quem vendeu foi a investidora?

Vê-se que não há absolutamente nenhum ajuste a se proceder na equivalência patrimonial, pois o lucro não realizado (que existe de fato) não está no patrimônio líquido da(s) controlada(s).¹⁷

Portanto, a proposta de procedimento indicado do tratamento legal derivado consiste em diferir o RNR: Investidora-Investida desconsiderando-se a aplicação da equivalência patrimonial. Este valor seria paulatinamente reconhecido como resultado realizado na medida em que a transação ultrapasse os limites da macroentidade (transferência para terceiros ou desgate). Isto fica evidente no texto transcrito abaixo:

Na verdade, dentro de uma contabilidade bastante técnica e apurada, esse resultado na investidora não deveria ser

*reconhecido de imediato, e sim diferido para apropriação à medida em que o ativo negociado fosse sendo realizado na investida.*¹⁸

Uma questão que poderia ser levantada é a seguinte: onde classificar este diferimento? Na verdade, a contrapartida deveria ser no ativo da investida, onde está registrado o resultado da transação. Entretanto, o trecho citado a seguir aborda este assunto:

*O resultado numa alienação de qualquer item ainda mantido no ativo da controlada adquirente devia ser impedido de ser reconhecido na investidora. Poderia, como seria o correto, permanecer em Resultados de Exercícios Futuros até sua efetiva realização pela baixa no ativo da controlada.*¹⁹

Portanto, parece claro que alguns autores entendem que o diferimento dos RNR: Investidora-Investida deve ser classificado em RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS – REF (outras considerações a este respeito serão elaboradas no decorrer deste estudo).

2.10 - TRATAMENTO LEGAL DERIVADO: Entendimento da Equivalência Patrimonial

O procedimento indicado pelo tratamento legal derivado também está vinculado ao entendimento de conceitos contábeis básicos. Seus defensores parecem adotar duas visões distintas do conceito da entidade contábil que são as seguintes:

- a) abrangente, para a informação contábil como um todo; e

isso, devem ser destacados do resultado do exercício até sua realização. Entretanto, a aplicação da técnica da equivalência patrimonial mostra-se idêntica nos dois tratamentos.

2.11 - TRATAMENTO LEGAL DERIVADO: Aspectos Positivos

Os principais aspectos positivos proporcionados pelo tratamento legal derivado são os seguintes:

- a) segregação entre RNR e resultado do exercício; e
- b) reconhecimento do resultado realizado (total) da investida.

2.11.1 - Segregação entre resultado não realizado e resultado do exercício:

O procedimento proposto pelo tratamento legal deriva do elimina os RNR: Investidora-Investida do patrimônio líquido da investidora (via exclusão na DRE), proporcionando informações mais adequadas. Isto porque neste procedimento não estão mais misturados RNR com resultados efetivamente realizados na DRE. Além disso, o destaque destes RNR constitui informação para seus usuários.

O diferimento proposto também contribui para a eliminação do problema das diferenças existentes entre os patrimônios líquidos e Resultados do Exercício da investidora e consolidados. O texto transcrito abaixo contempla estas diferenças:

Na consolidação eliminan-se todos os resultados não realizados, sejam eles oriundos de vendas da investidora para as controladas, sejam das controladas para a investidora ou outras controladas. No método da equivalência patrimonial, somente estes últimos são eliminados e, se a investidora não fizer um ajuste complementar na sua contabilidade (que é o que deve ser feito, apesar de não expressamente mencionado na legislação), ocorrerá aqui nova diferença.

Dessa forma, a consolidação deve ser preparada dentro de suas técnicas independentemente do fato de haver resultados finais diferentes dos apurados pela equivalência patrimonial.²⁰

Portanto, o tratamento legal derivado propõe um ajuste nos moldes do que foi mencionado na citação supra. Com isso, não mais existirão as diferenças provenientes do problema abordado.²¹

2.11.2 - Reconhecimento do resultado realizado (total) da investida:

O procedimento indicado pelo tratamento legal deriva do proporciona um ajuste da equivalência patrimonial que reconhece a parcela realativa à participação acionária da investidora no resultado total, obtido com terceiros, pela investida. Este aspecto positivo foi discutido durante o estudo do tratamento legal, uma vez que ambos possuem o mesmo entendimento de equivalência patrimonial.

2.12 - TRATAMENTO LEGAL DERIVADO: Aspectos Negativos

Embora o tratamento legal derivado pareça representar um avanço na área contábil, sua aplicação evidencia muitos aspectos negativos. Os principais são:

- a) improcedência da classificação em REF;
- b) entendimento restrito do conceito da entidade;
- c) avaliação inadequada de ativos e passivos;
- d) maiores custos; e
- e) reconhecimento do resultado em período posterior ao da sua tributação.

2.12.1 - Improcedência da classificação em resultados de exercícios futuros:

Uma das maiores críticas ao tratamento legal deriva do consiste no fato de que o grupamento REF não é a classificação mais adequada para os RNR: Investidora-Investida. Na verdade, este aspecto abrange a conceituação de REF que é muito controvertida. Esta controvérsia é evidenciada no texto abaixo:

*A ausência de uma normatização mais específica para o grupo de Resultados de Exercícios Futuros, aliado à novidade implementada pela Lei nº 6404/76, fez com que esse grupo do Balanço Patrimonial criasse divergências de interpretação quanto ao seu exato significado e conteúdo das contas que o compõem.*²²

Considerando o que foi dito acima, qualquer interpretação sobre o assunto seria questionável. Entretanto, algumas considerações serão elaboradas com o objetivo de enriquecer este trabalho. A seguir, serão apresentados algumas definições e o respectivo comentário.

*Resumidamente, tal grupo engloba as receitas já recebidas, inerentes a resultados em anos futuros, deduzidas das despesas e custos correspondentes incorridos ou ainda a incorrer e que, essencialmente, não sejam passíveis de devolução por parte da companhia.*²³

Considerando esta definição de REF, os RNR não devem ser classificados neste grupo, uma vez que nenhuma receita foi recebida pelo conjunto de empresas que formam a macroentidade. Houve apenas uma transferência interna de recursos. O aspecto da devolução também fica comprometido, uma vez que não houve transferência de ativos para terceiros.

Cabe destacar que o artigo 250 da Lei 6.404/76 e o artigo 17 da Instrução CVM 15/80 mandam classificar o deságio no investimento não absorvido na consolidação no grupamento de resultados de exercícios futuros. Este procedimento também mostra-se bastante controvertido. O texto abaixo auxilia o entendimento do tema abordado:

*... esse grupamento de contas foi criado com a finalidade de registrar as vendas ou faturamentos a terceiros, despesas e custos correspondentes, que, em função de algumas circunstâncias, pertencem a exercícios sociais seguintes, não cabendo, tecnicamente a classificação do deságio nesse grupo de contas.*²⁴

Por esta citação, observa-se a controvérsia sobre o grupamento de REF e salienta que a classificação do RNR neste grupamento não procede. Isto porque a transação que gera RNR não se caracteriza por uma venda ou faturamento a terceiros, como visto anteriormente.

Por todos os problemas apontados em relação ao grupamento de REF, alguns autores, que simpatizam com o diferimento dos RNR: Investidora-Investida, defendem sua classificação em conta específica do patrimônio líquido (exemplo: reserva). Este valor seria transferido para resultado em conformidade com sua realização.

Algumas críticas negativas também são atribuídas à classificação do diferimento no patrimônio líquido. A principal delas parece residir no fato de que o valor deste grupamento apresenta-se distorcido. Este aspecto será abordado mais adiante.

Os textos citados acima demonstram uma oposição extrema ao grupamento de REF que decorre, em parte, do fato de que sua utilização servia para manipulações da informação contábil.

2.12.2 - Entendimento restrito do conceito da entidade:

A exemplo do tratamento legal, o tratamento legal derivado também restringe a abordagem econômica de entidade ao patrimônio líquido da investida, na aplicação da equivalência patrimonial. Portanto, as considerações elaboradas para aquele tratamento são válidas para este tópico da pesquisa.

Embora o tratamento legal derivado amplie a utilização da abordagem econômica da entidade (permitindo a diferenciação entre RNR e resultado no exercício), constata-se que esta ampliação não abrange a equivalência patrimonial.

2.12.3 - Avaliação inadequada de ativos e passivos:

O tratamento legal derivado elimina um dos problemas verificados no tratamento legal: o efeito dos RNR: Investidora-Investida no resultado do exercício da investidora. Porém, este tratamento não elimina os efeitos observados nos totais de ativos e passivos. Isto ocorre porque o RNR é diferido e não eliminado.

Como a transação em essência não existe, nenhum efeito deveria existir nos ativos e passivos das empresas, exceto os relativos à transferência interna de recursos. Portanto, o montante diferido representa uma superavaliação (em caso de lucro) ou subavaliação (prejuízo) do passivo da investidora.

Por outro lado, surge uma questão: onde está registrada a contrapartida (na investidora) desta transação inexistente? A resposta a esta questão pressupõe a existência de uma contrapartida também inexistente.

Na verdade, a contrapartida inexistente está no ativo da investida que adquiriu o bem por um valor diferente do custo. Entretanto, torna-se necessária a existência de contrapartidas (mesmo que indiretas) nas empresas envolvidas para que seus totais de ativos e passivos sejam idênticos.

Parece óbvio que o RNR: Investidora-Investida somente pode ser entendido através da inclusão da investida numa mesma entidade, juntamente com a investidora. Como o relacionamento entre investidora e investida é efetuado através das contas de INVESTIMENTOS e PATRIMÔNIO LÍQUIDO, respectivamente, parece coerente inferir que as contrapartidas implícitas destes RNR estão nestas contas (ou grupos).

Pode-se, então, entender o acréscimo de recursos (presupondo lucro) transferidos para a investidora como sendo uma devolução de parte dos recursos alocados na investida. Na situação inversa, o prejuízo (ou decréscimo) poderia ser encarado como um aporte de recursos nesta empresa e o efeito seria correspondente no seu patrimônio líquido.

Outro aspecto que serviria de argumentação, seria a hipótese da investida eliminar o valor da superavaliação (lucro) do ativo através da constituição de uma provisão. Feito isto, seu patrimônio líquido seria reduzido, com correspondente redução no ativo (investimentos) da investidora.

Portanto, parece evidente que o procedimento indicado pelo tratamento legal derivado apresenta ativos e passivos inadequadamente.

2.12.4 - Maiores custos:

O tratamento legal derivado elimina uma vantagem proporcionada pelo tratamento legal que consiste em tornar desnecessários um bom número de controles sobre os RNR: Investidora-

Investida. Isto porque o destaque destes RNR para diferimento demandam a manutenção de uma série de controles nas empresas envolvidas.

Portanto, como controles envolvem custos, a adoção deste tratamento mostra-se mais onerosa para a entidade, em relação ao tratamento legal. Este aspecto é minimizado quando a investidora procede a eliminação destes valores na consolidação de suas demonstrações contábeis.

2.12.5 - Reconhecimento do resultado posteriormente à sua tributação:

O procedimento indicado pelo tratamento legal deriva do proporciona uma redução (em caso de lucro) no resultado do exercício, sem um correspondente decréscimo no imposto de renda (situação inversa a do tratamento legal). Este fato desestimula a utilização deste tratamento pelas empresas.

Em essência, está-se pagando imposto antecipadamente por um lucro que será reconhecido posteriormente. Portanto, caracteriza-se mais uma interferência do Fisco na contabilidade, tornando o tratamento legal mais vantajoso (conforme debatido na página 25).

2.13 - TRATAMENTO DA ELIMINAÇÃO: Procedimento Indicado

O tratamento da eliminação pressupõe a exclusão dos RNR: Investidora-Investida, através da redução (lucro) ou aumento (prejuízo) do ajuste da equivalência patrimonial. Com

isso, todos os RNR passariam a ser eliminados na aplicação desta técnica. Este procedimento é o que mais se aproxima da técnica de consolidação das demonstrações contábeis.

O Financial Accounting Statements Board (FASB), em texto que disciplina a aplicação da equivalência patrimonial (equity method), determina que:

*Os lucros ou Prejuízos intercompanhias serão eliminados até a realização pela investidora ou investida como se uma controlada, empreendimento joint venture ou investida fosse consolidada.*²⁵

Portanto, o procedimento indicado acima está respaldado por textos normativos de entidades que norteiam a contabilidade nos E.U.A. Complementarmente, Hawkins faz o seguinte comentário:

*Lucros inter-sociedades registrados nos livros da investidora são tratados como redução no lucro bruto desta empresa.*²⁶

Portanto, além de eliminar os RNR: Investidora-Investida, a investidora deve retificar a superavaliação (lucro) no seu lucro bruto, em contrapartida da recomposição do ajuste da equivalência patrimonial. Com isso, este ajuste passa a representar a participação da investidora no lucro total da investida realizado com terceiros.

A contrapartida destes ajustes na equivalência patrimonial é a conta de investimentos. Este procedimento, portanto, elimina os RNR: Investidora-Investida no lucro e nos inves

timentos que é a contrapartida implícita. Assim, seus efeitos são eliminados na investidora.

2.14 - TRATAMENTO DA ELIMINAÇÃO: *Entendimento da Equivalência Patrimonial*

O procedimento indicado pelo tratamento da eliminação está respaldado num entendimento de equivalência patrimonial diferente dos adotados pelos demais tratamentos. Ao contrário destes, aquele tratamento pressupõe a aplicação do conceito de macroentidade na avaliação dos investimentos pelo patrimônio líquido.

Quanto a este assunto, Almeida faz o seguinte comentário: *A sociedade investidora e suas controladas e coligadas representam uma entidade ou grupo de companhias.*²⁷ Portanto, observando-se a citação supra, parece coerente entender a equivalência patrimonial sob a ótica da macroentidade.

A figura que resume esta discussão confunde-se com a figura 5 (pág. 18) que caracteriza o RNR: Investidora-Investida. Portanto, existe uma grande coerência entre estes entendimentos. Sob esta ótica, a equivalência patrimonial assemelha-se a uma consolidação resumida. Segundo Miller:²⁸

A única diferença entre o método de contabilização dos investimentos pelo patrimônio líquido e a consolidação das demonstrações contábeis é o volume de informações prestadas. Em ambos, todas as transações interempresas são eliminadas. Na consolidação das demonstrações contábeis os detalhes sobre todas as entidades são reportadas

integralmente. Na equivalência patrimonial o investimento é apresentado como um simples valor no balanço da investidora, e ganhos ou perdas são geralmente apresentados como um simples valor na demonstração do resultado do exercício. Esta é a razão pela qual a equivalência patrimonial é frequentemente chamada de 'consolidação de uma linha'.²⁹

Portanto, segundo o autor citado, a equivalência patrimonial deve ser entendida através da abordagem econômica da entidade, assim como a consolidação. A diferença fica por conta da riqueza de detalhes da informação.

Com base neste raciocínio, parece lógica a eliminação de todos os RNR na equivalência patrimonial, a exemplo da consolidação. O'Connor e Hamre³⁰ apresentam sinteticamente a forma de apuração do valor do ajuste daquela técnica:

Figura 9

A equivalência patrimonial (Equity Method)

$$\begin{array}{lcl}
 \text{Receita Periódica} & | & \text{Participação nos} \\
 \text{da Investidora-RPI} & \begin{array}{c} > \\ = \\ < \end{array} & \text{Ganhos da Investida-PGI} \\
 & | & \begin{array}{c} > \\ < \\ > \end{array} \begin{array}{c} +/ - \\ < RNR > \end{array} \\
 & & \text{Amortização de} \\
 & +/ - & \begin{array}{c} < \\ > \end{array} \\
 & & \text{Ágio ou Deságio-AA/D}
 \end{array}$$

$$\begin{array}{lcl}
 \text{Valor de Registro} & | & \text{Custo} \\
 \text{dos} & \begin{array}{c} > \\ = \\ < \end{array} & \begin{array}{c} > \\ + \\ > \end{array} \frac{n}{n-i} \text{ RPI} - \frac{n}{n-i} \text{ Dividendos} \\
 \text{Investimentos-VRI} & | & \text{Inicial-CI} \begin{array}{c} > \\ + \\ > \end{array} \frac{n}{n-i} \text{ RPI} - \frac{n}{n-i} \text{ Recebidos} \\
 & & \begin{array}{c} > \\ + \\ > \end{array} \frac{n}{n-i} \text{ Participação do Investidor nas} \\
 & & \text{Alterações da Estrutura de} \\
 & & \text{Capital da Investida-PAEC} \\
 & & \begin{array}{c} > \\ + \\ > \end{array} \frac{n}{n-i} \text{ Decrêscimos Permanentes no valor} \\
 & & \text{dos Investimentos-DPI}
 \end{array}$$

onde: n = número de períodos contábeis que o investimento foi mantido na investidora.³¹

Portanto, o esquema supra também respalda conceitualmente o procedimento indicado pelo tratamento da eliminação. Este fato materializa-se na segunda parcela do RPI que determina a eliminação de todos os resultados não realizados, a exemplo da técnica de consolidação.

2.15 - TRATAMENTO DA ELIMINAÇÃO: Aspectos Positivos

Os principais aspectos positivos atribuíveis ao tratamento da eliminação são os seguintes:

- a) eliminação dos efeitos dos RNR: Investidora-Investida na Investidora; e
- b) entendimento amplo do conceito da entidade.

2.15.1 - Eliminação dos efeitos dos resultados não realizados: Investidora-Investida na Investidora

O tratamento da eliminação é o único capaz de neutralizar os efeitos dos RNR: Investidora-Investida das demonstrações contábeis da investidora. Este fato parece bastante positivo porque a transação deve ser encarada como uma transferência interna de recursos, não devendo haver lucro ou prejuízo.

Com isso, o problema de avaliação inadequada de ativos e passivos, apresentada anteriormente, deixa de existir.

2.15.2 - Entendimento amplo do conceito da entidade:

O tratamento da eliminação mostra-se mais sólido em sua fundamentação teórica por causa da coerência existente entre as definições de RNR e de equivalência patrimonial, no que se refere ao entendimento econômico da entidade. Em outras palavras, o fundamento teórico que suporta a equivalência patrimonial é o mesmo que suporta a definição de RNR.

Somando-se ao que foi dito acima, a abordagem econômica da entidade aplicada à equivalência patrimonial amplia sua utilidade a partir da sua equiparação com a técnica da consolidação das demonstrações contábeis.

2.16 - TRATAMENTO DA ELIMINAÇÃO: Aspectos Negativos

Os aspectos negativos inerentes ao tratamento da eliminação já foram parcialmente discutidos nas críticas efetuadas nos demais tratamentos estudados. Os pontos principais são:

- a) redução indevida do resultado realizado da investida, reconhecido na investidora;
- b) impropriedade quando o RNR positivo for maior que o patrimônio líquido da investida;
- c) maiores custos; e
- d) reconhecimento do resultado posteriormente à sua tributação.

2.16.1 - *Redução indevida do resultado realizado na investida, reconhecido na investidora:*

O tratamento da eliminação sofre críticas negativas mais veementes por eliminar do patrimônio líquido da investida um RNR que não está registrado neste grupamento. Enfatizando a necessidade de diferimento dos RNR: Investidora-Investida, o Boletim IOB 24/82 menciona o seguinte:

*O que se confunde muito é esse ajuste com equivalência patrimonial, o que deve ser evitado. Para a finalidade deste ajuste não há realmente que se considerar o lucro obtido pela controladora as suas controladas, nem o auferido pela investidora em negociação com suas coligadas. Afinal, a equivalência toma como base o patrimônio líquido das controladas e coligadas.*³²

Portanto, segundo alguns estudiosos, o procedimento da eliminação é inteiramente equivocado porque deduz RNR onde só existe resultado efetivamente realizado. Com isso, o ajuste da equivalência patrimonial reconhece (na investidora) uma participação no lucro da investida inferior ao que ela efetivamente realizou com terceiros.

Para ilustrar o assunto será desenvolvido um exemplo com as seguintes características:

- lucro líquido da investida	\$ 2.000
- % de participação acionária	100%
- RNR: INVESTIDORA-INVESTIDA	500

Segundo o procedimento indicado pelo tratamento da eliminação, o ajuste da equivalência patrimonial seria de \$1.500

(LL - RNR). Supondo-se que não exista nenhum outro tipo de resultado não realizado, a investida realizou com terceiros um montante de lucro de \$ 2.000 e a investidora estaria reconhecendo um valor inferior. Entretanto, este aspecto poderá ser minimizado através do procedimento de ajuste do lucro bruto, conforme mencionado na seção 2.13 (pág. 38).

2.16.2 - Impropriedade quando o resultado não realizado positivo for superior ao valor do investimento

O tratamento da eliminação mostra-se inadequado quando o valor dos RNR: Investidora-Investida apresenta um lucro superior ao valor do investimento efetuado na investida. Este fato, embora sua ocorrência pareça pouco provável, proporcionaria um saldo credor na conta de Investimentos da investidora.

Portanto, a eliminação dos RNR: Investidora-Investida produz um impasse ao reduzir o patrimônio líquido da investida em um valor que não está registrado neste grupamento. Com isso, surge uma questão: onde registrar o valor negativo do investimento? Este fato constitui-se num problema de difícil solução e o exemplo abaixo presta maiores esclarecimentos:

- patrimônio líquido da investida: \$2000
- ajuste da EP antes da eliminação-credor...: \$ 100
- RNR:INVESTIDORA-INVESTIDA: \$3000
- investimento antes do ajuste da EP: \$1900

Segundo o tratamento da eliminação, pressupondo-se uma participação de 100% no capital da investida, o valor do ajuste da equivalência patrimonial seria de \$2900 devedor. Como o valor do investimento é de \$1900, existiria a necessidade de uma contrapartida credora de \$1000 excedente à contrapartida na conta de investimentos.

Neste caso, o tratamento da eliminação parece impróprio, mesmo estando solidamente fundamentado. Não bastaria zerar o investimento porque parte do RNR: INVESTIDORA-INVESTIDA continuaria a impactar as demonstrações contábeis da investidora e geraria diferenças entre estas e os relatórios consolidados.

2.16.3 - Maiores custos:

O tratamento da eliminação, assim como o legal derivado, pressupõe a identificação dos RNR: Investidora-Investida. Portanto, torna-se necessária a existência de controles para esta tarefa. Por sua vez, estes controles exigem o sacrifício de recursos que deve ser confrontado com os benefícios provenientes da prestação da informação. Este aspecto foi anteriormente abordado na seção 2.12.4 (pag. 37).

2.16.4 - Reconhecimento do resultado posteriormente à sua tributação

O tratamento da eliminação, assim como o legal derivado, produz (corretamente) um resultado do exercício da inves

tidora menor (em geral) que o apresentado pelo tratamento legal, porém desacompanhada de uma correspondente redução de impostos. Este fato constitui um obstáculo para a adoção deste tratamento, embora conceitualmente respaldado (seção 2.12.5 - pág. 38).

2.17 - APURAÇÃO DO VALOR DOS RESULTADOS NÃO REALIZADOS:

Investidora-Investida

Os tratamentos legal derivado e da eliminação pressupõem a determinação do valor dos RNR: Investidora-Investida. Para a obtenção deste valor, é necessário deduzir do montante bruto da venda, as deduções de vendas, o custo dos produtos e despesas diretamente relacionadas com esta transação. Através deste procedimento, obtém-se o lucro da transação.

O lucro na operação acarreta a incidência de imposto de renda, que também deve ser deduzido do lucro da transação. Desta forma, elimina-se ou difere-se tudo que não existiria, caso a transação fosse considerada uma transferência interna de recursos.

Sobre este assunto, Almeida afirma que:

*As principais variáveis de um lucro são as receitas, o custo das vendas, as despesas operacionais e o imposto de renda que incide sobre o ganho apurado.*³³

Nesta citação, verifica-se que o autor concorda com o pensamento externado quanto aos componentes do resultado não

realizado. Entretanto, mais adiante ele faz o seguinte comentário:

*O autor entende que as sociedades incorrem também em despesas operacionais e imposto de renda na realização dos seus negócios e que uma parcela destes pertence aos resultados não realizados. No entanto, torna-se impraticável ou muito generalizado atribuir parte das despesas operacionais aos resultados não realizados, tendo em vista que, na grande maioria dos casos, essas despesas são indiretas em relação às vendas.*³⁴

Portanto, o autor faz uma restrição à consideração das despesas operacionais no cálculo do valor dos RNR: Investidora-Investida, com base no custo/benefício da informação.

Na realidade, parece ser bastante complexa a obtenção destes valores que, em geral, não são significativos. Contudo, caso seja obtido um processo praticável e válido para a apuração destes valores, o mais correto seria considerá-los no cálculo dos RNR: Investidora-Investida.

2.18 - RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo foram discutidos os principais conceitos relacionados com a venda de ativos da investidora para a investida e que permanecem registrados nos livros desta empresa. Dentre estes conceitos, o mais importante (e controverso) é o da entidade contábil.

Destaca-se, também, a adequabilidade relativa dos tratamentos estudados (legal, legal derivado e da eliminação), uma

vez que todos sofrem críticas dos estudiosos da contabilidade.

A diferença básica entre os tratamentos são as seguintes:

- a) tratamento legal — ignora os RNR: Investidora-Investida, considerando-os efetivamente realizados;
- b) tratamento legal derivado — difere os RNR: Investidora-Investida, eliminando-os da DRE e destacando-os no balanço;
- c) tratamento da eliminação — elimina os RNR: Investidora-Investida de todas as demonstrações contábeis da investidora.

Estas idéias centrais constituirão suporte conceitual para o desenvolvimento da pesquisa.

NOTAS DO CAPÍTULO

¹ BOLETIM IOB 23/82. *Lucros Não Realizados na Equivalência Patrimonial (Primeira Parte)*; p.255.

² Esta classificação é abrangente porque comporta o desmembramento em direta e indireta. Contudo, acredita-se que este detalhamento não contribuirã em nada para o desenvolvimento deste estudo.

³ BRASIL, DELIBERAÇÃO C.V.M. 029, 05 de fevereiro de 1986; p.32.

⁴ *The price-aggregate involved, being the primary quantitative fact of the transaction, is objectively determined amount to be accepted for record. Yet it should be noted that this amount is not objectively determined if it is based upon the judgment of only one party. The condition which validates the cost figure is the simultaneous action of two independent parties motivated by self-interest.*

PATON, W.A. and LITTLETON, A.C. *Transactions Between Affiliates*; in *The Accounting Review*; vol. XX; nr.3; New York; july, 1945; p.256.

⁵ *In a transaction which is not the result of arm's-length bargaining between genuinely independent parties, the 'price' should be viewed with some skepticism.*

PATON, W.A. and LITTLETON, A.C. *op. cit.*

⁶ *The Business Week*; april, 25, 1977; p.112; in HORNGREN, C.T. *Introdução à Contabilidade Gerencial*; 5a. edição; Prentice/Hall do Brasil; Rio de Janeiro, 1985; p.462.

⁷ BRASIL, DELIBERAÇÃO CVM 029. *op. cit.*, p.38.

⁸ MAPA FISCAL nº 20/82 (Suplemento). *Comentários sobre os Princípios de Contabilidade Editados pelo Conselho Federal de Contabilidade*, p.20.

⁹ BRASIL, DELIBERAÇÃO CVM 029. *op. cit.*, p.20.

¹⁰ Op. cit., p.21.

¹¹ VER parágrafos 1º e 2º do artigo 243 da Lei 6404/76, que definem coligada e controlada, respectivamente.

¹² IUDICIBUS, Sérgio de et alli. *Contabilidade Intermediária*; Atlas; São Paulo, 1981; p.179.

¹³ XXVI – A diferença entre a equivalência patrimonial de cada coligada e de cada controlada consoante o disposto no Inciso XI, é o montante da equivalência patrimonial incluído no valor contábil do investimento corrigido monetariamente, deverá ser contabilizada:

- a) Como resultado do exercício, constituindo renda ou despesa operacional a proporção da diferença que corresponder a aumento ou diminuição do patrimônio líquido da coligada ou da controlada, em decorrência de lucro ou de prejuízo apurado na coligada ou controlada;
- b) Como resultado do exercício, constituindo renda ou despesa não operacional a proporção da diferença que decorrer de ganho ou perda efetiva por variação da porcentagem de participação da investidora ou da controladora no capital social da coligada ou controlada;
- c) Como reserva de reavaliação, a proporção da diferença que corresponder a aumento do patrimônio líquido, em decorrência de reavaliação de bens, contabilizada em reserva de reavaliação na coligada ou na controlada.

¹⁴ XV – No balanço patrimonial ou balancete de verificação da coligada ou da controlada referidos no Inciso XIV, deverá ser observado pela investidora ou controladora:

- a) Haverem sido adotados critérios contábeis idênticos aos adotados para levantamento de balanço patrimonial da investidora ou da controladora;
- b) Efetuar, pela investidora ou pela controladora, os ajustes necessários para eliminar os efeitos da diversidade de critério, se houver;
- c) Efetuar, pela investidora ou pela controladora, os ajustes necessários para excluir do patrimônio líquido da coligada ou da controlada os resultados não realizados, decorrentes de negócios com outras coligadas ou outras controladas;

d) Efetuar, pela investidora ou pela controladora, os ajustes necessários para excluir do patrimônio líquido o montante correspondente às participações recíprocas.

¹⁵ Quanto a este aspecto, considera-se que esta transação geralmente proporciona a ocorrência de lucro para a investidora. Este fato parece verdadeiro (embora não tenha sido pesquisado) porque a ocorrência de prejuízos não é bem aceita pelos acionistas e pelo próprio Fisco.

¹⁶ BOLETIM IOB 24/82. *Lucros Não Realizados na Equivalência Patrimonial* (Segunda Parte); p.263.

¹⁷ Op. cit., p.263.

¹⁸ BOLETIM IOB 29/86. *Alguns Aspectos da Contabilidade da Holding*; p.39.

¹⁹ BOLETIM IOB 24/82. op. cit., p.263.

²⁰ IUDÍCIBUS, Sérgio de, et alii. *Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações*; Atlas; São Paulo, 1981; p.509.

²¹ PATRIMÔNIO LÍQUIDO — Dentro de uma mesma entidade não deve haver direitos e obrigações para com ela própria. Portanto, o patrimônio líquido da investida é eliminado juntamente com o ativo investimentos da investidora. Com isso, passa a existir somente o patrimônio líquido desta empresa (ou seja, idêntico ao seu balanço individual).

LUCRO LÍQUIDO — O resultado da investida é reconhecido na investidora através do ajuste da equivalência patrimonial. Na consolidação este montante é distribuído pela DRE da investidora, de acordo com a natureza das contas. Portanto, a última linha da DRE consolidada deve ser idêntica à individual da investidora, porque não existe alterações provenientes da consolidação.

²² SZUSTER, Natan et alii. *Grupo de Estudos sobre polêmicas contábeis*, Comissão de Valores Mobiliários, mimeogr., p.5.

²³ Op. cit., p.5.

²⁴ ALMEIDA, Marcelo C. *Consolidação de Demonstrações Financeiras*; Atlas; São Paulo, 1986; p.49.

²⁵ a) *Intercompany profits and losses shall be eliminated until realized by the investor or investee as if a subsidiary, corporate joint venture, or investee enterprise were consolidated.*

FINANCIAL ACCOUNTING STATEMENTS BOARD — *Accounting Standards-Current Text-as of June 1, 1986*; FASB; Connecticut-EUA; 1986; Section I82.109a; p.27719.

²⁶ *Intercompany profit on the investor's books is treated as a reduction of the investor's gross profit.*

HAWKINS, David F. *Financial Reporting Practices of Corporations*; Dow Jones-Irwin, Inc.; Illinois, 1974; p.293.

²⁷ ALMEIDA, Marcelo C. *op. cit.*, p.114.

²⁸ MILLER, Martin A. *Miller's Comprehensive GAAP Guide*; HBJ — Harcourt Brace Jovanovich, Publishers; New York, 1984, pp.5.04/5.05.

²⁹ *The only difference between the equity method of accounting for investments in common stocks and consolidated financial statements is the amount of detail reported. Under both methods all intercompany transactions are eliminated. In consolidated financial statements the details of all entities to the consolidation are reported in full. In the equity method the investment is shown as a single amount in the income statement. This is reason why the equity method is frequently referred to as 'one-line consolidation'.*

³⁰ O'CONNOR, Melvin C. and HAMRE, James C. *Alternative Methods of accounting for Long-Term Nonsubsidiary Incorporate Investments in Common Stock*; in *The Accounting Review*; New York; vol. XLVII, nr. 2; april; 1972; p.310.

EQUITY METHOD

$$\begin{array}{rcl}
 \text{Periodic investor} & | & \text{Share of investee} & | + & \text{Intercompany} \\
 & > = < & & > - < & \text{gains or} \\
 \text{Income} & | & \text{Earnings} & | & \text{losses}
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 + & | & \text{Amortization of Diference} & | \\
 - & < & & > \\
 & | & \text{Between Cost and Book Value} & |
 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl}
 \text{Investment car-} & | & \text{Initial} & | = & \frac{n}{\sum_{i=1}^n} & \text{Periodic Investor} \\
 \text{rying Value} & > = < & \text{Cost} & > = & \sum_{i=1}^n & \text{Income (Above)}
 \end{array}$$

$$- \frac{n}{\sum_{i=1}^n} \text{ All Dividends Received}$$

$$\begin{array}{rcl}
 + & \frac{n}{\sum_{i=1}^n} & \text{Investor's share of Changes in} \\
 - & \sum_{i=1}^n & \text{Capital Structure of Investee}
 \end{array}$$

$$- \frac{n}{\sum_{i=1}^n} \text{ Permanent Decreases in Value of Investment}$$

Embora este resumo mostre-se esclarecedor, alguns pontos merecem destaque. Um destes pontos é o DPI (ou Permanent Decreases in Value of Investment). Esta parcela poderia não existir porque qualquer perda permanente deveria estar registrada no PL da investida como provisão para perdas, porém isto nem sempre ocorre.

Outro ponto que merece destaque é o acréscimo do patrimônio líquido por eventos que não transitam pelo resultado do exercício da investida, exceto capital. No Brasil existem as reservas de capital e de reavaliação, diferentemente dos E.U.A. Portanto, para o Brasil, o modelo apresentado acima deve ser alterado para incorporar os valores provenientes destas reservas.

³² BOLETIM IOB 24/82. op. cit., p.263.

³³ ALMEIDA, Marcelo C. Consolidação das Demonstrações Financeiras; Atlas; São Paulo, 1986; p.115.

³⁴ ALMEIDA, Marcelo C. Op. cit., p.115.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Este capítulo tem o objetivo de evidenciar o conjunto de procedimentos metodológicos utilizado no desenvolvimento deste estudo. Para que os resultados a serem obtidos tornem-se satisfatórios é necessário que este conjunto de procedimentos mantenha estreita relação com a característica básica da pesquisa que, neste caso particular, consubstancia-se no aprofundamento de suas questões, em detrimento das generalizações. Portanto, é imperativo evidenciar também as perguntas que orientam o pesquisador, bem como seus limites.

3.2 - QUESTÕES DA PESQUISA:

A pesquisa foi direcionada para obtenção de respostas às questões suscitadas no pesquisador pelo estudo de um determinado tema. As questões que orientam este trabalho são as seguintes:

PERGUNTA 1: Os diferentes tratamentos dos RNR: Investidora-Investida proporcionam relatórios contábeis tão diferentes, a ponto de influenciarem as decisões dos usuários?

PERGUNTA 2: Qual(is) o(s) tratamento(s) mais adequado(s)?

A partir destas questões, foram escolhidos os procedimentos metodológicos julgados mais adequados para a obtenção de respostas satisfatórias.

3.3 - ENTREVISTAS:

Com o objetivo de solidificar o entendimento do problema enfocado por este estudo, optou-se pela realização de entrevistas não estruturadas¹ cujos pontos básicos consistiram de:

- a) forma de tratamento dos RNR: Investidora-Investida mais adequada conceitualmente;
- b) fundamentação da opção anterior, e
- c) trabalhos científicos recomendados.

Cabe destacar que as entrevistas contribuíram decisivamente para o melhor entendimento do problema através da discussão sobre diversos aspectos que não tinham sido abordados nos textos até então identificados.

As Entrevistas foram efetuadas dando bastante liberdade para os entrevistados exporem suas idéias permitindo, com isso, identificar trabalhos sobre o tema e preencher lacunas deixadas pelos textos estudados.

Foram efetuadas oito entrevistas, estando os entrevistados ligados aos seguintes segmentos da profissão contá

bil, isolada ou cumulativamente:

- a) professores de graduação e pós-graduação em ciências contábeis;
- b) auditores de grandes empresas de auditoria;
- c) profissionais da área contábil-financeira atuantes em grandes empresas;
- d) consultores contábil-financeiros, e
- e) profissionais atuantes em órgãos normatizadores da contabilidade.

3.4 - ESTUDO DE CASO:

A pesquisa bibliográfica final apontou três tratamentos para o problema que apresentam demonstrações contábeis diferentes. Com o objetivo de evidenciar os efeitos da adoção de cada tratamento nos relatórios contábeis, utilizou-se o estudo de um caso extraído de uma empresa brasileira, de grande porte e com títulos de sua emissão negociados em bolsa de valores, constituindo-se em uma companhia aberta.

A opção pelo estudo de caso deveu-se à riqueza de detalhes proporcionada por esta técnica de pesquisa. Sobre o asunto, Simon² afirma que a técnica de estudo de caso proporciona ao pesquisador a obtenção de uma maior riqueza de detalhes sobre o objeto estudado. Portanto, o estudo de caso parece ser a técnica que mais se adapta aos objetivos deste estudo.

Cabe ainda destacar que a empresa estudada foi a única, dentre várias outras contactadas, que gera RNR: Investidora-Investida e dispôs-se a apresentar seus registros para o pesquisador.

3.4.1 - *Coleta dos dados:*

Os dados relativos à transação estudada, bem como a familiarização com os procedimentos de consolidação das demonstrações contábeis, foram conseguidos através do exame de documentos internos da empresa investidora e de relatórios publicados, relativos ao exercício findo em 31/12/86.

O exame de documentos internos foi sempre acompanhado por, no mínimo, um funcionário da empresa para facilitar o entendimento, dirimir dúvidas e evitar interpretações indevidas, que poderiam comprometer os resultados desta pesquisa. Além destes cuidados, o texto que apresenta os dados (Capítulo IV) foi submetido a exame prévio dos responsáveis da empresa.

Com a obtenção dos dados empíricos da transação, foi possível elaborar demonstrações contábeis, considerando-se os três tratamentos apontados pela pesquisa bibliográfica. Este fato proporcionou uma análise comparativa destes tratamentos, além da identificação das alterações nos relatórios contábeis provenientes das alternativas de registro da transação.

3.4.2 - A Análise Comparativa:

A análise comparativa dos três tratamentos identificados no capítulo Revisão Bibliográfica e Fundamentação Teórica deste estudo pressupõe a existência de quesitos de comparação. Estes quesitos foram determinados em conformidade com os aspectos positivos e negativos de cada tratamento, levantados na bibliografia consultada e/ou nas entrevistas. Consideraram, portanto, os seguintes quesitos:

- a) custo versus benefício da informação;
- b) qualidade da informação; e
- c) aspectos fiscais.

A discussão sobre o custo/benefício envolve os conceitos de relevância e materialidade, que se consubstancia no fato (ou item) que evidenciado (ou não) *propicie um julgamento errado sobre a situação da entidade...*³

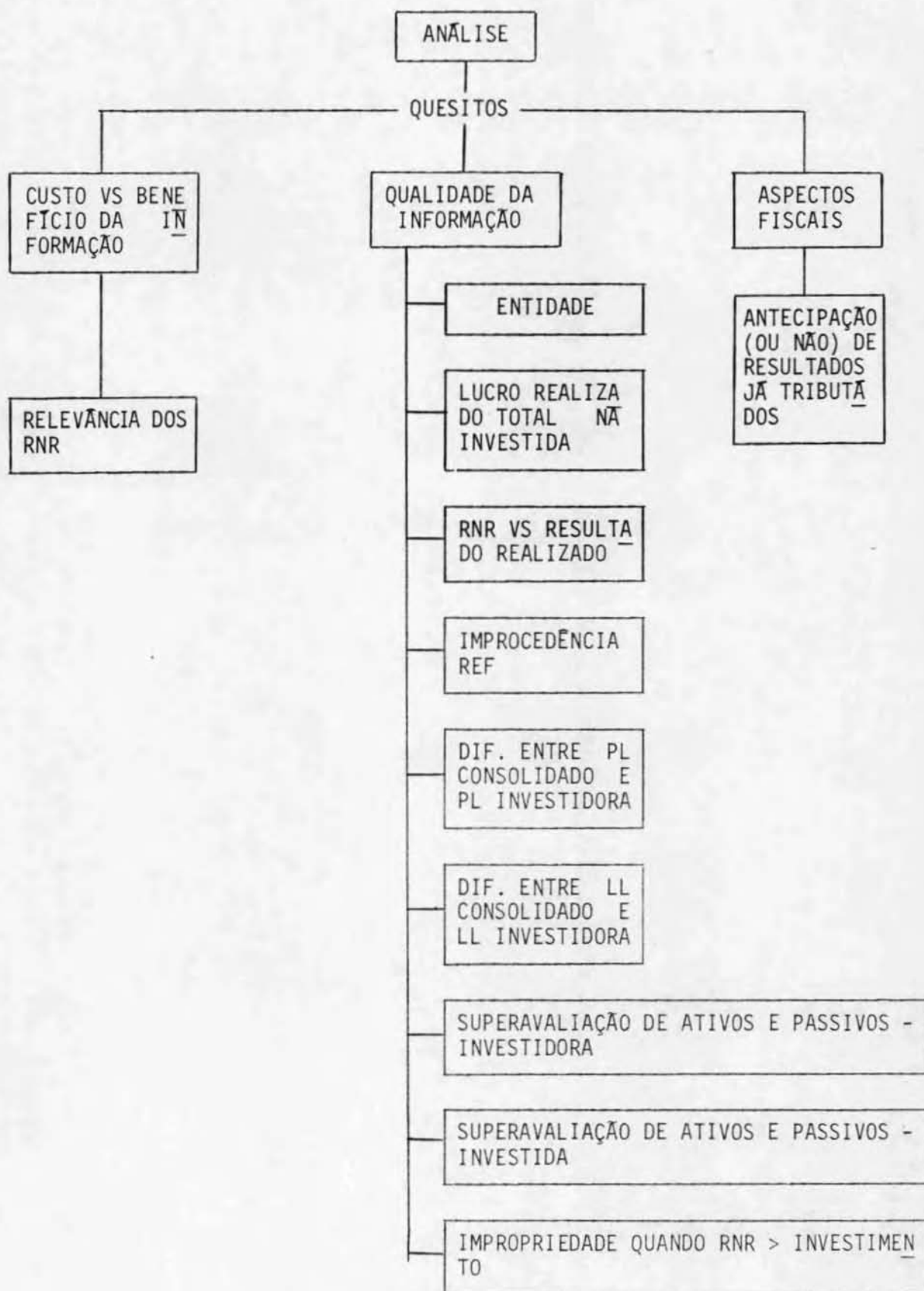
Já a qualidade da informação subdivide-se em diversos aspectos, abordados durante o desenvolvimento do estudo. Esta subdivisão está estruturada da seguinte forma:

- a) conceito da entidade;
- b) lucro realizado total da investida;
- c) RNR versus resultado do exercício, na investidora;
- d) im procedência da classificação dos RNR: Investidora-Investida em Resultados de Exercícios Futuros;

- e) diferença entre os lucros líquidos consolidado e da investidora;
- f) diferença entre os patrimônios líquidos consolidado e da investidora;
- g) superavaliação de ativos e passivos, na investidora;
- h) superavaliação de ativos e passivos, na investida; e,
- i) impropriedade quando o lucro não realizado é maior que o valor do investimento.

Os aspectos fiscais também serão abordados e considerarão, basicamente, o período de reconhecimento da receita e sua tributação em cada tratamento. Esquemáticamente, tem-se:

Figura 10
Quesitos da análise comparativa



3.5 - LIMITAÇÕES DA PESQUISA:

A principal limitação a que está sujeita a presente pesquisa refere-se à impossibilidade de generalizar seus resultados para casos diferentes daquele que foi estudado. Esta limitação é decorrente de dois aspectos básicos:

- a) limitação característica da técnica de pesquisa adotada (estudo de caso); e
- b) análise de um único caso em uma única data.

Aspectos financeiros, temporais, desinteresse em fornecer informações por parte de muitas empresas, entre outros, também constituíram-se em fatores limitadores experimentados pelo pesquisador.

NOTAS DO CAPÍTULO

¹ LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*; Atlas; São Paulo, 1985; p.174/175.

² SIMON, J.L. *Basic Research Methods In Social Science*; Random House; New York, 1969; p.276.

³ IUDICIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*; Atlas; São Paulo, 1981; p.78.

CAPÍTULO IV

TRATAMENTO LEGAL

4.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Este capítulo descreve uma transação geradora de RNR: Investidora-Investida (que será processada em conformidade com os três tratamentos identificados anteriormente), apresentando as demonstrações contábeis das empresas envolvidas elaboradas de acordo com o tratamento legal e alguns comentários sobre as mesmas.

4.2 - INFORMAÇÕES SOBRE O INVESTIMENTO

Esta seção apresentará um conjunto de dados sobre o investimento que será útil para a determinação do valor dos RNR: Investidora-Investida. Isto será obtido através da reprodução parcial da nota explicativa sobre investimentos que acompanha o balanço patrimonial da investidora.

Investimentos em Controladas e Coligadas*

Participação no capital social (%):

. Subscrito	99,356
. Votante	99,745

* Foram destacados somente informações relativas à empresa controlada que participou da transação que deu origem ao RNR: Investidora → Investida, ora estudado.

Ajuste em 31 de dezembro decorrente da avaliação pelo método da equivalência patrimonial (milhares de Cz\$):

. Das operações do período	1.194.597
Saldo em 31 de dezembro de operações com subsidiárias e coligadas realizadas no exercício:	
. Vendas	50.217.522

Julga-se que estes dados sobre o investimento são suficientes para contribuir para a apuração do RNR: Investidora-Investida.

4.3 - INFORMAÇÕES SOBRE A TRANSAÇÃO

Após a obtenção dos dados relativos ao investimento tornam-se necessários algumas informações sobre a transação que deu origem ao RNR: Investidora + Investida, permitindo a apuração do seu valor. A seção divide-se em três partes que são as seguintes:

- a) natureza dos bens transacionados;
- b) informações financeiras da transação;
- c) principais cálculos dos RNR: Investidora-Investida.

4.3.1 - Natureza dos bens transacionados.

Os bens que geraram o RNR: Investidora-Investida estudado classificam-se nos estoques da investidora e recebem a

mesma classificação na investida que os adquiriu.

Em 31 de dezembro de 1986 a empresa investida ainda mantinha em seus *estoques* os produtos adquiridos da empresa *investidora* (fato que caracteriza a não realização dos *resultados*).

Os bens transacionados são de diversos tipos e *preços* sendo, todavia, considerados em conjunto pela investidora. Esta medida objetiva tornar mais praticável seus *cálculos* e *controles*. Este procedimento não ocasiona grandes distorções *porque* as margens de ganho dos produtos são fixadas por *órgão governamental*, com base em métodos quantitativos supostamente *adequados*.

A transação é considerada altamente recorrente e *possui* um giro¹ de quinze dias em média. Quanto ao *preço de venda*, cabe destacar que não há negociação. Estes *preços* são *administrados* pelo governo. Portanto, não há possibilidade de manipulação neste item.

4.3.2 - *Informações financeiras da transação.*

Esta seção apresenta os principais valores que estão envolvidos na transação que deu origem ao RNR: *Investidora-Investida*.

A empresa estudada procede a consideração somente dos encargos de vendas, custo dos produtos vendidos e o imposto de renda. Entretanto, com base no *custo vs. benefício* da *informa*

ção, os valores do custo dos produtos vendidos e dos encargos de vendas, são deduzidos, em conjunto, do item *Custo dos Produtos Vendidos*.

O procedimento apresentado acima apura um lucro líquido final correto, porém alguns itens específicos apresentam valores aproximados. Como a diferença não parece ser significativa, a ponto de deturpar as decisões dos usuários, torna-se válida esta forma mais prática e econômica de divulgar a informação.

Com base no que foi dito anteriormente, são apresentados abaixo, sinteticamente, as seguintes informações:

. Valor da transação (registros da investidora e da investida)	2.611.860
. Encargos, custo dos produtos vendidos (obtido por diferença)	<u>(2.545.097)</u>
. Lucro bruto da transação (obtido conforme processo de cálculo da investidora e órgão governamental ...)	66.763
	=====

4.3.3 - Principais cálculos dos resultados não realizados:

Investidora-Investida:

O valor do lucro bruto da transação, apurado na seção anterior, deve ser reduzido pelo valor do imposto de renda incidente sobre a mesma. Procedendo-se desta forma, chega-se ao RNR: Investidora → Investida oriundo da transação estudada.

Além do imposto de renda, o item *Encargos de Vendas* também deve ser destacado e possui uma apuração um pouco complexa. Estes dois itens serão abordados a seguir.

4.3.3.1 - Valor do Imposto de Renda.

Como o próprio nome indica, os cálculos desenvolvidos abaixo proporcionam o valor do imposto de renda que, aproximadamente, incide sobre a transação.

O processo consiste em identificar um valor (A) que indica o percentual de quanto resta de lucro líquido para cada unidade monetária (no caso mCz\$) obtida de lucro bruto numa determinada operação.

O valor "A" representa a relação existente entre o lucro líquido antes do imposto de renda (LAIR) e o lucro bruto (LB). Na forma de equação tem-se:

$$A = \text{LAIR} / \text{LB} * 100$$

Como observa-se, este processo é um pouco complexo e neste caso o valor de **A = 45,4%.**²

Ao multiplicar-se o lucro bruto (LB) e o valor de A, obtêm-se o valor aproximado de LAIR obtido na transação. Este valor, que é a base de cálculo do imposto de renda (IR), é apurado abaixo:

$$A = 45,4\%$$

$$LB = \text{mCz\$ } 66.763$$

$$LAIR = (LB) \times (A) \Leftrightarrow LAIR = 66.763 \times 45,4\% = 30.310$$

Obtido o valor do LAIR, bastaria aplicar a alíquota de IR incidente sobre a empresa para apurar-se o valor do IR incidente sobre a operação.

Entretanto, a empresa opta pela obtenção de uma alíquota de IR média. Este procedimento consiste em identificar um valor (B) que indica o percentual de quanto é recolhido de IR para cada unidade monetária obtida de LAIR.

O valor de "B" representa a relação existente entre o recolhimento do IR e o LAIR. Na forma de equação, tem-se:

$$B = IR / LAIR \times 100$$

Neste caso específico, o valor de B = 8,58%.

Ao multiplicar-se o LAIR ao valor de B, obtém-se o valor aproximado de IR que deverá incidir sobre a transação. Este valor é apurado abaixo:

$$B = 8,58\%$$

$$LAIR = \text{mCz\$ } 30.310$$

$$IR = (LAIR) \times (B) \Leftrightarrow IR = 30.310 \times 8,58\% = 2.600$$

=====

Com base nestes cálculos, o lucro bruto de mCz\$ 66.763 deve sofrer a dedução de mCz\$ 2.600, que representa o IR provisionado na transação.

4.3.3.2 - Valor dos encargos de venda.³

A empresa estudada utiliza um processo semelhante ao abordado na seção anterior para determinar o valor dos encargos de vendas incidentes sobre a transação que deu origem aos RNR: Investidora → Investida.

Este processo consiste em identificar um valor (C) que indica o percentual de quanto de encargos de venda foi arrecadado para cada unidade monetária obtida em vendas brutas.

O valor C representa a relação existente entre os encargos (E) e as vendas brutas (VB). Na forma de equação, tem-se:

$$C = E / VB * 100$$

Neste caso, a empresa apurou um percentual de

$$C = 3,46\%.$$

=====

Ao multiplicar-se as vendas brutas (VB) e o valor C, obtêm-se o valor aproximado de encargos que incidiu sobre a transação (E'). Este valor é apresentado abaixo:

$$C = 3,46\%$$

$$VB = \text{mCz\$ } 2.611.860$$

$$E' = (VB) \times (C) \Rightarrow E' = 2.611.860 \times 3,46\% = 90.370$$

=====

O valor de mCz\$ 90.370 não deve ser deduzido do valor dos RNR: Investidora-Investida porque este valor já foi excluído na apuração do lucro bruto. A utilidade deste valor re

side no fato de que os estoques da investida estão superavaliados neste montante. Portanto estes estoques deveriam ser reduzidos pelo valor apurado, em contrapartida de uma conta ativo circulante (diferimento dos encargos).

Resumindo o desenvolvimento dos cálculos efetuados, obtêm-se o valor de mCz\$ 64.163 para os RNR: Investidora-Investida relativos a transação alvo deste estudo. Este valor é demonstrado, a seguir (em milhares de cruzados):

. valor bruto da venda	2.611.860
. encargos	(90.370)
. custo	(2.454.727)
	<hr/>
. Lucro bruto	66.763
. Imposto de renda	(2.600)
	<hr/>
. RNR: Investidora + Investida, líqui	
do de IR	64.163
	<hr/>

4.4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESULTANTES:

As demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o tratamento legal estão organizadas da seguinte forma:

- a) Relatórios da Investidora;
- b) Relatórios Consolidados;
- c) Relatórios da Investida.

Nestes relatórios são efetuadas referências que fazem ligação com comentários elaborados na seção 4.5 deste estudo.

4.4.1 - Relatórios da Investidora.

Esta seção apresenta as demonstrações contábeis da empresa investidora e, para facilitar possíveis referências nos próximos capítulos, está subdividida da seguinte forma:

- a) Balanço Patrimonial (BP);
- b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- c) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR);
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

4.4.1.1 - Balanço Patrimonial.

A t i v o

	Em 31 de dezembro de 1986
CIRCULANTE	
Caixa e bancos	3.943.797
Títulos e valores mobiliários	5.391.611
Contas a receber	
* Clientes, inclui Cz\$ 4.031.136 mil de duplicatas endossadas por controladas	14.762.631
* Controladas e coligadas, principalmente por vendas	5.726.168
	20.488.799
* Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.500)
	20.480.299
* Fornecedores, empreiteiros, contratantes e outros adiantamentos	1.013.480
* Outras contas a receber	582.588
	22.076.367
Estoques	39.454.330
Outros ativos circulantes	1.808.776
	72.674.881
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
Títulos e valores mobiliários	1.266
Financiamentos liquidáveis em parcelas	4.500.529
Contas a receber	1.649.180
Controladas e coligadas	
* Adiantamentos para aumento de capital	1.957.769
* Contas a receber	125.030
Empréstimos compulsórios a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	1.056.227
Outros ativos realizáveis a longo prazo	25.553
	9.315.554
PERMANENTE	
Investimentos	
* Controladas e coligadas	(D2) 53.980.195
* Outros investimentos	404.538
Imobilizado	67.793.561
Diferido	271.369
	122.449.663
	204.440.098

(As notas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras).

P a s s i v o

	Em 31 de dezembro de 1986
CIRCULANTE	
Financiamentos	46.352.229
Depósitos em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(26.784.819)
	<hr/>
Fornecedores e empreiteiros	19.567.410
Impostos e taxas	12.345.760
Entidade Governamental	5.282.894
Créditos para uniformização do custo de fretes nos preços de produtos	1.373.947
Créditos da União para subsídio/compra de materiais	4.014.828
Dividendos propostos	1.062.679
Contribuições sociais a recolher	3.723.522
Controladas e coligadas	2.676.857
Outras contas e despesas a pagar	1.198.660
	2.891.279
	<hr/>
	54.137.836
	=====
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Financiamentos	30.123.679
Depósitos em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(6.731.713)
	<hr/>
	23.391.966
Controladas e coligadas	2.598.886
Créditos da União para aumento de capital	421.533
Outras contas e despesas a pagar	21.785
	<hr/>
	26.434.170
	<hr/>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital realizado atualizado	50.516.265
Reservas de capital	997.373
Reserva de reavaliação	10.486.439
Reservas de lucros	(D) 61.868.015
	<hr/>
	123.868.092
	<hr/>
	(D1) 204.440.098
	=====

4.4.1.2 - Demonstração do resultado do exercício.

	Milhares de cruzados
	Exercício findo em 31/12/1986 (*)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Vendas	
* Produtos	189.494.576
* Serviços	2.030.638
	191.525.214
Encargos de vendas	26.997.757
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	164.527.457
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	105.070.012
Lucro bruto	(A) 59.457.445
DESPESAS OPERACIONAIS	
Vendas	480.775
Financeiras	
* Despesas financeiras	9.151.735
* Receitas financeiras	(2.585.201)
Gerais e administrativas	
* Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	6.703
* De administração	3.750.521
Tributárias	1.163.367
Custos c/ pesquisa e desenvolvimento	15.815.545
Outras despesas (receitas) operacionais, líquido	480.265
	28.263.710
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS	
Ganhos	
* Equivalência patrimonial	4.249.475
* Realização de reserva de reav. em controladas	1.540.200
Perdas	
* Equivalência patrimonial	(2.126.779)
	3.662.896
Lucro operacional	34.856.631
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS	
Receitas eventuais	15.779
Variações patrimoniais, líquido	25.099
	40.878
TRANSPORTE	34.897.509

TRANSPORTE		34.897.509
CORREÇÕES E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Correção monetária do balanço		
* Do patrimônio líquido	(35.630.966)
* Do ativo permanente		41.021.689
		<u>5.390.723</u>
Variações monetárias de financiamentos vinculados ao ativo imobilizado	(9.250.932)
	(<u>3.860.209)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda		31.037.300
IMPOSTO DE RENDA	(B) (<u>2.319.279)</u>
Lucro (prejuízo) do período	(D)	28.718.021
AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA - DL nº. 2.284/86	(<u>334.876)</u>
Lucro líquido do exercício (Cz\$ 282,04 por lote de mil ações do capital integralizado no fim do exercício)	(C)	<u>28.383.145</u> =====

* Os valores relativos ao período de dois meses findo em 28 de fevereiro de 1986, foram convertidos para cruzados na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4.4.1.3 - Demonstrações das origens e aplicações de recursos.

	Milhares de cruzados	
	Exercício findo em 31/12/1986 (*)	
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações sociais		
* Lucro líquido (prejuízo)	(E)	28.718.021
* Participação no patrimônio líquido de controladas e coligadas, líquido	(3.662.896)
* Dividendos recebidos de controladas e coligadas		406.037
* Depreciação e amortização		7.024.533
* Correção monetária do patrimônio líquido e do ativo permanente	(5.390.723)
* Operações com controladas e coligadas	(E3)	1.458.461
* Variações monetárias de financiamento a longo prazo		9.140.908
* Valor residual de bens baixados do ativo perm.		79.792
* Outras origens das operações sociais		23.768
		<hr/> 37.797.901
De outras fontes		
* Financiamentos		3.396.303
* Aumento de outras contas de exig. a longo prazo		295.870
* Créditos e subvenções para investimentos		717.836
		<hr/> 4.410.009
Total das origens de recursos		<hr/> 42.207.910
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Investimentos		2.807.527
Imobilizado		9.334.693
Diferido		8.523
Transferência de financs. p/ o passivo circulante		7.412.991
Dividendos		5.333.693
Aumento do realizável a longo prazo		2.863.661
Outras aplicações de recursos		6.518
		<hr/> 27.767.606
Total das aplicações de recursos		<hr/> 27.767.606
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE		14.440.304
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica		
- DL nº 2.284/86 que afetam o capital circulante	(560.105)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO		<hr/> 13.880.199
		=====

VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE

ATIVO CIRCULANTE

* No início do exercício (convertido na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)		48.348.710
* No fim do exercício	(E1)	72.674.881
		<u>24.326.171</u>

PASSIVO CIRCULANTE

* No início do exercício (convertido na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)		43.691.864
* No fim do exercício		54.137.836
		<u>10.445.972</u>

AUMENTO DE CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO	(E2)	13.880.199
		=====

* Os valores relativos ao período de dois meses findo em 28 de fevereiro de 1986, foram convertidos para cruzados na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[illegible]

4.4.2 - Relatórios consolidados.

Esta seção apresenta as demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas pela investidora e está organizada da seguinte forma:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos;⁴
- d) Informação Adicional.

4.4.2.1 - Balanço Patrimonial.

ATIVO (em milhares de cruzados)

Em 31 de dezembro de 1986

CIRCULANTE

Caixa e bancos

5.554.371

Títulos vinculados ao mercado aberto

256.937

5.811.308

Títulos e valores mobiliários

6.778.914

Contas a receber

* Clientes

30.392.983

* Coligadas

1.563.800

31.956.783

* Provisão para créditos de liquidação duvidosa

(476.142)

* Títulos descontados

(33.263)

31.447.378* Fornecedores, empreiteiros, contratantes e
outros adiantamentos

1.253.049

* Entidade Governamental

37.492

* Outras contas a receber

1.574.833

34.312.752

Estoques

47.743.646

Outros ativos circulantes

3.247.994

97.894.614

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Títulos e valores mobiliários

6.468

Contas a receber

1.649.180

Financiamentos liquidáveis em parcelas

4.867.168

Coligadas

634.367

Empréstimos compulsórios às Centrais Elétricas

Brasileiras S/A - ELETROBRÁS

1.457.054

Outros ativos realizáveis a longo prazo

453.591

9.067.828

PERMANENTE

Investimentos

* Coligadas

12.952.945

* Outros investimentos

618.093

Imobilizado

100.760.680

Diferido

10.026.618

124.358.336

231.320.778

=====

PASSIVO (em milhares de cruzados)

Em 31 de dezembro de 1986

CIRCULANTE

Financiamentos	57.160.306
Depósito em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(27.123.626)
	<hr/> 30.036.680
Fornecedores e empreiteiros	16.274.666
Impostos e taxas	6.199.064
Entidade Governamental	1.373.947
Créditos para uniformização do custo de fretes nos produtos	4.014.828
Créditos da União para compra/subsídio de materiais	1.062.679
Dividendos propostos	
* Acionistas majoritários	3.723.522
* Minoritários	33.622
Coligadas	146.280
Contribuições sociais a recolher	3.761.670
Outras contas e despesas a pagar	4.486.246
	<hr/> 71.113.204

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Financiamentos	35.753.309
Depósitos em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(7.045.210)
	<hr/> 28.708.099
Créditos da União para aumento de capital	421.533
Outras contas e despesas a pagar	2.125.712
	<hr/> 31.255.344

PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA

No capital das controladas	2.050.914
Nas reservas, lucros acumulados e contas especiais	3.415.544
	<hr/> 5.466.458

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital realizado atualizado	50.516.265
Reservas de capital	997.373
Reservas de reavaliação	10.508.792
Reservas de lucros	61.463.342
	<hr/> 123.485.772
	<hr/> 231.320.778
	=====

4.4.2.2 - Demonstração do resultado do exercício

Milhares de Cruzados

Exercício findo em 31/12/1986(*).

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Vendas	
* Produtos e mercadorias	235.475.139
* Serviços	3.041.308
	<hr/>
	238.516.447
Encargos de Vendas	37.760.866
	<hr/>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	200.755.581
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	131.421.674
	<hr/>
Lucro bruto	69.333.907
	<hr/>
DESPESAS OPERACIONAIS	
Vendas	3.553.659
Financeiras	
* Despesas	9.859.144
* Receitas	(3.737.310)
Gerais e Administrativas	
* Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	
* Investidora	6.703
* Controladas	45.706
* De administração	7.461.233
Tributárias	1.212.178
Provisão para perda com investimentos no exterior	270.861
Custos com pesquisa e desenvolvimento	15.825.742
Outras despesas (receitas) operacionais, líquido	789.696
	<hr/>
	35.287.612
	<hr/>
TRANSPORTE	34.046.295

Milhares de cruzados

Exercício findo em 31/12/1986(*).

TRANSPORTE	34.046.295
RESULTADO DE INVESTIMENTOS RELEVANTES	3.025.947
Lucro operacional	<u>37.072.242</u>
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS	
Receitas eventuais	60.134
Variações patrimoniais	
* Ganhos (perdas) cambiais de investimentos do exterior	(500.482)
* Outras, líquido	(126.511)
	<u>(313.837)</u>
	<u>36.758.405</u>
CORREÇÕES E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	
Correção monetária do balanço	
* Do patrimônio líquido	(37.455.809)
* Do ativo permanente	(44.080.817)
	<u>6.625.008</u>
Variações monetárias de financiamentos vinculados ao ativo imobilizado	
* Do exercício	(11.937.250)
* Amortização de perdas cambiais diferidas	(85.866)
	<u>(12.023.116)</u>
	<u>(5.398.108)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda - a transportar	31.360.297

Milhares de cruzados

Exercício findo em 31/12/1986 (*).

Lucro (prejuízo) antes do imposto de
renda - transporte

31.360.297

IMPOSTO DE RENDA

(2.764.589)

Lucro líquido (prejuízo) antes da
participação minoritária

28.595.708

PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA

53.077

28.648.785

AJUSTE DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO
ECONÔMICA - DL Nº 2.284/86

(334.876)

Lucro líquido do exercício (Cz\$ 281,35
por lote de mil ações do capital integra
lizado no fim do exercício).

28.313.909

=====

* Os valores relativos às operações do período de dois meses, findo em 28 de fevereiro de 1986, foram convertidos para cruzados na paridade de Cr\$ 1.000 por 1,00.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consoli
dadas.

4.4.2.3 - Demonstração de origens e aplicações de recursos.

Demonstração consolidada das origens e aplicações de recursos.

Milhares de cruzados

Exercício findo em 31/12/1986().*

ORIGENS DE RECURSOS

Das operações sociais

* Lucro líquido (prejuízo)	28.648.785
* Participação dos minoritários no resultado	(53.077)
* Participação de investimentos relevantes	(1.686.395)
* Dividendos recebidos de coligadas	271.584
* Depreciação e amortização	10.328.893
* Correção monetária do balanço	(6.625.008)
* Amortização de perdas cambiais diferidas	85.866
* Variação monetárias de financiamentos a longo prazo	9.677.289
* Valor residual de bens baixados do ativo permanente	317.862
* Provisão para perdas com investimentos no exterior	270.861
* Outras origens das operações sociais	15.941
a transportar	<hr/> 41.252.601

Milhares de cruzados

Exercício findo em 31/12/1986(*).

Transporte	41.252.601
------------	------------

De outras fontes

* Financiamentos

3.493.829

* Aumento de outras contas do exigível a longo prazo

2.076.320

* Subvenções para investimentos

816.365

* Outras origens

70.715

6.457.229

Total das origens de recursos

47.709.830

APLICAÇÕES DE RECURSOS

Investimentos

1.245.996

Imobilizado

11.126.919

Diferido

964.068

Transferência de financiamentos para o passivo circulante

8.043.020

Dividendos

5.448.326

Aumento do realizável a longo prazo

3.735.577

Outras aplicações de recursos

649.228

Total das aplicações de recursos

31.213.134

Inclusão do capital circulante negativo de empresa controlada a partir do corrente exercício

(685.402)

AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE

15.811.294

Ajuste do Programa de Estabilização Econômica - DL nº 2.284/86 que afetam o capital circulante

(560.105)

AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO

15.251.189

=====

Milhares de cruzados

Exercício findo em 31/12/1986(*).

VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE

Ativo Circulante

* No início do exercício (convertido na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)

61.803.874

* No fim do exercício

97.894.614

 36.090.740

Passivo Circulante

* No início do exercício (convertido na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)

50.273.653

* No fim do exercício

71.113.204

 20.839.551

AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO

15.251.189

=====

* Os valores relativos às operações do período de dois meses, findo em 28 de fevereiro de 1986, foram convertidos para cruzados na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00.

4.4.2.4 - Informação adicional.

A comparação do patrimônio líquido e do lucro líquido da Investidora com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido consolidados pode ser demonstrada como segue:

Milhares de cruzados		
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido exercício findo em
	Em 31/12/1986	31/12/1986.
Conforme demonstrações financeiras da Investidora	123.868.092	28.718.021
Ajuste do Programa de Esta- bilização Econômica - DL nº 2.284/86		(334.876)
	123.868.092	28.383.145
Receitas financeiras elimi- nadas do ativo diferido de controlada, em fase pré- operacional até 1983	(261.853)	(67.357)
Ajustes no patrimônio lí- quido de controladas	(45.004)	
Lucro na venda de produtos em estoque nas controladas, líquido de imposto de renda	(F)(75.463)	(G)(1.879)
Conforme demonstrações fi- nanceiras consolidadas da Investidora	123.485.772 =====	28.313.909 =====

4.4.3 - Relatórios da Investida.

Esta seção apresenta o Balanço Patrimonial da empresa investida elaborado em conformidade com o procedimento indicado pelo tratamento legal aos RNR: Investidora-Investida. No caso abordado, as demais demonstrações contábeis da investida não evidenciaram qualquer efeito destes RNR e, por consequinte, foram excluídas deste estudo.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31/12/1986

ATIVO

Circulante

Caixa e Bancos	1.103.867
Contas a receber	
Clientes	3.894.751
Investidora	89.422
Devedores por financiamentos	293.671

4.277.844

Provisão para devedores duvidosos

(124.882)

4.152.962

Estoques

(H) 3.736.726

Outros ativos circulantes

129.413

9.122.968

Realizável a Longo Prazo

Devedores por financiamentos	331.458
Outros ativos realizáveis a longo prazo	35.891

367.349

Permanente

Investimentos	245.939
Imobilizado	1.207.536
Diferido	34.476

1.487.951

10.978.268

=====

Em 31/12/1986

PASSIVO

Circulante

Fornecedores

Investidora	1.959.452
Outros	379.147
Contribuições sociais a recolher	264.967
Impostos e taxas	658.222
Dividendos propostos	143.900
Outras contas e despesas a pagar	333.085

3.738.773

Patrimônio Líquido

Capital realizado atualizado	2.899.076
Reservas de capital	1.280.942
Reservas de lucros	269.904
Lucros acumulados	2.789.573

7.239.495

10.978.268

4.5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESULTANTES.

As considerações sobre as demonstrações contábeis resultantes da aplicação do tratamento legal aos RNR: Investidora-Investida estão concentradas, basicamente, nas críticas examinadas na fundamentação teórica e foram classificadas da seguinte forma:

- a) custo da informação;
- b) demonstrações contábeis da investidora;
- c) demonstrações contábeis consolidadas;
- d) demonstrações contábeis da investida.

Acredita-se que esta classificação auxilie o entendimento do assunto. Ênfase maior será atribuída às demonstrações contábeis da investidora. Isto porque, estão mais diretamente relacionadas com o estudo.

4.5.1 - Custo da informação

A adoção do procedimento indicado pelo tratamento legal aos RNR: Investidora-Investida implica em tornar desnecessários alguns dados relativos à transação, caso a empresa não proceda a consolidação das demonstrações contábeis.

Como observou-se anteriormente, os procedimentos adotados para a obtenção dos dados revestem-se de uma certa complexidade que resulta em gastos para as sociedades envolvidas.

4.5.2 - Demonstrações Contábeis da Investidora

Os RNR: Investidora-Investida afetam todas as demonstrações contábeis elaboradas pela Investidora. Por isso, esta seção subdivide-se da seguinte forma:

- a) Demonstração do Resultado do Exercício;
- b) Mutações do Patrimônio Líquido;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Origens e Aplicações de Recursos.

4.5.2.1 - Demonstração do Resultado do Exercício

A DRE da investidora é diretamente influenciada pelos RNR: Investidora → Investida. Inicialmente o lucro bruto - (A) está superavaliado em mCz\$ 66.763, que é o valor do lucro auferido na transação. Este fato compromete todos os totais subseqüentes.

Outro item também afetado pelos RNR: Investidora-Investida é o imposto de renda (B) que está superavaliado. Isto ocorre porque o Fisco considerou o RNR: Investidora-Investida como resultado realizado.

Embora o Fisco considere que a transação é tributável, nenhum fato gerador de IR ocorreu porque, economicamente, não houve transferência para terceiros. Por isso, a contrapartida da exigibilidade do imposto recolhido deve ser uma conta de ativo. O imposto diferido (mCz\$ 2.600) classificado em Ou

tros Ativos Circulantes seria transferido para resultado junta mente com a realização da receita.

4.5.2.2 - *Mutações do Patrimônio Líquido.*

O lucro líquido (C), afetado pelos RNR: Investidora-Investida, é considerado pela DMPL que, conseqüentemente, de monstra um total de patrimônio líquido da investidora que o in clui.

O lucro líquido contribui para a formação das seguin tes reservas de lucros:

- a) Legal (C1);
- b) Retenção de Lucros (C2);
- c) Outras (C3).

Além das reservas de lucros citadas acima, o valor do lucro líquido contribuiu para a determinação do valor dos dividendos distribuíveis aos acionistas. O valor dos dividen dos foi registrado parte como Reserva Especial — Retenção de Dividendos (C4) e parte como redução do patrimônio líquido (C5).

Portanto, neste momento, já não existe certeza de on de está o RNR: Investidora-Investida da transação estudada. Não há certeza se o valor de mCz\$ 64.163 (líquido de IR) está:

- a) superavaliando o patrimônio líquido, e/ou
- b) superavaliando a distribuição de dividendos.

No caso de superavaliação do patrimônio líquido, com parações e análises financeiras podem ficar comprometidas quando o valor dos RNR: Investidora-Investida for significativo.

No caso de superavaliação da distribuição de dividendos, os acionistas beneficiam-se pela antecipação de lucros ainda não realizados. Como consequência, remessas de lucros excessivas podem ser efetuadas para o exterior, além de outros fatos que poderiam acarretar uma descapitalização da empresa, caso os valores assumam cifras significativas.

Para a continuidade deste estudo será assumido o pressuposto de que o valor dos RNR: Investidora-Investida está registrado integralmente no patrimônio líquido da investidora; por exemplo: Reserva de Retenção de Lucros (C2). Portanto, esta assunção repercute no patrimônio líquido apresentado no Balanço Patrimonial da Investidora.

4.5.2.3 - Balanço Patrimonial.

Entendendo-se que o valor do RNR: Investidora-Investida está registrado na Reserva de Retenção de Lucros (C2), reconhece-se que o total das Reservas de Lucros (D) está superavaliado. Este valor, que é transportado para o Balanço Patrimonial da investidora, contribui para a superavaliação do total do patrimônio líquido e, conseqüentemente, do total do passivo (D1).

Como o total do passivo está superavaliado, percebe-se que algum ativo sofre o mesmo efeito. Conforme abordado ante

riormente, o ativo superavaliado é, no caso específico, o estoque da investida (H). Entretanto, a correspondência implícita da superavaliação daquele passivo, na investidora, está registrado nos investimentos (D2).

Como é possível verificar, o balanço patrimonial da investidora pode ser significativamente afetado pelos RNR: Investidora-Investida.

4.5.2.4 - *Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.*

A DOAR da investidora também sofre impactos dos RNR: Investidora-Investida, ao partir do lucro do período (E), extraído da sua DRE. Neste item está contido o valor de mCz\$.. 64.163, correspondente ao lucro obtido na transação em estudo.

Por outro lado, o valor do ativo circulante no final do período (E1) encontra-se subavaliado pelo montante de impostos incidentes sobre o resultado não realizado (impostos diferidos). Conseqüentemente, o item Aumento do capital circulante do exercício (E2) sofre o mesmo efeito. Como estas cifras estão relacionadas com operações com uma controlada, julgou-se que a classificação em Operações com controladas e coligadas (E3) é adequada. Portanto, este item também estaria sendo afetado pela transação.

4.5.3 - *Demonstrações contábeis consolidadas.*

Na elaboração das demonstrações consolidadas da macro-entidade, todos os resultados não realizados são eliminados

(inclusive os RNR: Investidora-Investida). Por isso, nenhuma demonstração consolidada apresenta efeitos relativos a este tema.

Com o intuito de tornar este estudo mais abrangente, será apresentado o processo de eliminação dos RNR: Investidora-Investida, na elaboração das demonstrações consolidadas. Esta apresentação está organizada da seguinte forma:

- a) eliminação do lucro bruto;
- b) reclassificação do IR;
- c) reclassificação dos encargos;
- d) procedimentos do período subsequente;
- e) informações adicionais.

A comparação entre o processo de consolidação e os procedimentos indicados pelos tratamentos abordados poderá trazer subsídios importantes para o estudo.

4.5.3.1 - *Eliminação do lucro bruto.*

A técnica de consolidação pressupõe a eliminação de todas as operações intersociedades. Portanto, todas as vendas intersociedades são eliminadas independentemente de estarem realizadas com terceiros. Este fato ocasiona a eliminação do valor dos RNR: Investidora-Investida. Uma das formas de eliminação deste valor será apresentada a seguir.

4.5.3.1.1 - *Eliminação do total das vendas.*

A empresa estudada, para facilitar os trabalhos de consolidação, elimina todas as vendas intersociedade em contra partida do custo dos produtos. Este fato provoca, em caso de lucro não realizado, uma subavaliação dos custos das vendas, porque parte destas vendas constam no estoque da entidade.

No lançamento que será apresentado abaixo, somente serão considerados os valores relativos ao RNR: Investidora-In vestida para facilitar a identificação dos mesmos.

Lançamento 1 – eliminação das vendas intersociedades:

D - Vendas de Produtos

C - Custo das Vendas	2.611.860
----------------------	-----------

Nota-se que o valor do custo das vendas foi credita do por um valor superior ao verificado na transação. Este pro cedimento facilita, porque possibilita a eliminação, de uma sô vez, de todas as vendas intersociedades ocorridas no período (realizadas ou não).

4.5.3.1.2 - *Eliminação dos resultados não realizados:*

Investidora-Investida dos Estoques

Como já foi dito, parte das vendas intersociedades ainda não foram realizadas e, por isso, necessitam ser ajusta das.

O ajuste consiste em recompor o valor dos custos das vendas que foi eliminado a maior, pelo valor do lucro da transação. A contrapartida desta recomposição é o *estoque* que agrega o valor deste lucro. O lançamento é mostrado a seguir.

Lançamento 2 – Ajuste do Estoque e do Custo:

D - Custo das Vendas

C - Estoques 66.763

Este lançamento também facilita o trabalho de consolidação, porque pode eliminar todos os resultados não realizados (e não somente os RNR: Investidora → Investida) de uma só vez.

Efetuados os lançamentos 1 e 2, os lucros não realizados da transação foram eliminados tanto do Resultado e Patrimônio Líquido consolidado quanto do estoque consolidado. Nota-se, entretanto, que os encargos de vendas relacionados com a transação foram deduzidos do custo das vendas.

4.5.3.2 - *Diferimento do Imposto de Renda:*

Como já foi abordado anteriormente, o Fisco tributa normalmente a transação como se estivesse totalmente realizada. Conceitualmente, porém, a transação gera um pagamento antecipado de imposto porque ainda não está realizada do ponto de vista da macroentidade. Tal antecipação figura no item *Imposto de Renda* que, conseqüentemente, acha-se superavaliado por este

valor. O lançamento apresentado abaixo procede o ajuste necessário.

Lançamento 3 – Diferimento do IR:

D - Outros Ativos Circulantes-IR

C - Imposto de Renda 2.600

A partir deste lançamento, o item *Outros Ativos Circulantes* é ajustado em contrapartida do diferimento do imposto. Este lançamento também permite o ajuste de todos os resultados não realizados que estejam registrados no ativo da entidade.

4.5.3.3 - Reclassificação dos encargos.

Sobre a transação estudada ainda incidem encargos sobre vendas não realizadas com terceiros. Por isso, o estoque ainda está superavaliado pelo valor destes encargos. O ajuste decorrente deste fato é o seguinte:

Lançamento 4 – Diferimento dos encargos de Vendas:

D - Outros Ativos Circulantes

C - Estoque 90.370

Este lançamento procede o diferimento dos encargos e o ajuste do valor do estoque. Identicamente aos lançamentos anteriores, todos os encargos registrados nos estoques da entidade poderão ser ajustados independentemente dos tipos de re

sultados não realizados verificados. Este procedimento simplifica os trabalhos de consolidação.

4.5.3.4 - Procedimentos do período subsequente.

A transação estudada possui aproximadamente um giro de 15 dias. Por isso, é válido considerar que no final do próximo período ela estará totalmente realizada. Por causa deste fato, todos os lançamentos efetuados devem ser revertidos.

Entretanto, como uma forma de simplificar os trabalhos de consolidação, bastaria considerar somente as partidas que afetam o resultado do exercício. Este procedimento parece lógico porque:

- a) o resultado do exercício representa a acumulação de valores durante um determinado período, enquanto o balanço patrimonial representa uma posição num dado momento no tempo e no espaço.
- b) a técnica de consolidação é procedida a partir de partidas extracontábeis, não afetando a contabilidade de nenhuma das sociedades envolvidas.

Portanto, as partidas que afetem o resultado do exercício consolidado devem ser revertidas na elaboração da DRE consolidada do período subsequente. Caso contrário, o resultado final estaria subavaliado pelos valores eliminados no período anterior.

A elaboração do balanço patrimonial do período subsequente deve representar o valor dos itens patrimoniais de pro

priedade da entidade, em 31/12/87. Ele será elaborado com base nos balanços patrimoniais das sociedades que pertencem à entidade, procedendo-se as devidas eliminações. Por conseguinte, as partidas de reversão do período subsequente, que somente afetem itens patrimoniais, são desnecessárias. Por isso, os lançamentos merecedores de atenção restringem-se aos de número 1, 2 e 3.

Cabe, ainda, destacar que o lançamento 1 é compensado com o registro da venda para terceiros. Por isso, este lançamento também torna-se desnecessário. Entretanto, este lançamento baixa um estoque superavaliado porque os livros das sociedades não foram alterados e, conseqüentemente, contém o lucro da transação eliminada no processo de consolidação do período anterior. Por causa deste fato, a reversão dos lançamentos 2 e 3 torna-se necessária no período subsequente aos dos seus registros iniciais.

Contudo, as contrapartidas dos ajustes do custo da venda e IR, no lançamento de reversão, consistem em ativos (estoque e outros ativos circulantes). Como foi visto anteriormente, estes itens são desnecessários no processo de consolidação do período subsequente. Portanto, simplificando bastante o trabalho de consolidação, as partidas (simples) necessárias, são as seguintes:

Lançamento 5

C - Custo das Vendas	
p/ acertar o custo	66.763
D - Imposto de Renda	
acerto do IR	2.600

A partir do registro da venda a terceiros e a redução do custo das vendas (lançamento 5), o resultado não realizado, eliminado no exercício anterior, é reconhecido no exercício subsequente. Desta forma, o processo de consolidação deste exercício é efetuado de uma forma bastante simplificada.

Por adotar este conjunto de procedimentos, nenhuma demonstração contábil consolidada sofre o efeito dos RNR:Investidora-Investida. Por isso, a técnica de consolidação mostra-se bastante adequada para apresentar informações sobre a entidade como um todo.

4.5.3.5 - Informações adicionais.

Como foi visto, os RNR: Investidora-Investida estão registrados no lucro e no patrimônio líquido da investidora e o mesmo não ocorre no consolidado. Este fato provoca diferenças que, conceitualmente, não deveriam existir (ver nota 21 da página 52). Por causa disso a CVM⁵ exige a demonstração destas diferenças (apresentada na seção 4.4.2.4, deste estudo).

Na demonstração que compara o patrimônio líquido da investidora e o consolidado, encontra-se o valor de mCz\$ 75.463 relativo aos lucros em vendas de produtos em estoque nas controladas, líquido de imposto de renda (F). Neste item está contido o valor de mCz\$ 64.163 referente ao RNR:Investidora-Investida apurado na transação estudada. A diferença entre estes dois valores representa um conjunto de RNR: Investidora-Investida originados por relacionamentos com as demais empresas que compõem a

entidade. Esta diferença não merecerá maiores aprofundamentos devido à insignificância destas em relação a que está sendo estudada.

Nesta demonstração, parte-se do patrimônio líquido da investidora que sofre acréscimos e reduções de valores que a contabilidade desta empresa não tinha a possibilidade de registrar. Com este procedimento, chega-se ao valor do patrimônio líquido consolidado que se apresenta como o mais adequado. Esta afirmação confirma-se pela própria apresentação do relatório.

Portanto, tudo parece indicar que o patrimônio líquido da investidora não deveria conter o valor dos RNR: Investidora-Investida.

O valor de mCz\$ 1.879, referente aos lucros em vendas de produtos em estoque nas controladas, líquido de imposto de renda (G), corresponde aos valores dos lucros não realizados intersociedades do ano, deduzidos dos valores dos lucros, realizados com terceiros neste período e que tenham sido eliminados no exercício anterior.

Caso o RNR: Investidora-Investida fosse eliminado na DRE da investidora e somente reconhecido quando da sua realização, a diferença entre este relatório e a DRE consolidada não existiria.

4.5.4 - Demonstrações contábeis da investida.

Das demonstrações contábeis elaboradas pela investida, somente o balanço patrimonial é afetado pelo RNR: Investidora-Investida. Este efeito é sentido no item Estoques (H) que se mostra superavaliado pelos seguintes fatores:

- a) lucro da transação, líquido de IR (mCz\$ 64.163);
- b) imposto de renda (mCz\$ 2.600);
- c) encargos de vendas (mCz\$ 90.370).

Estes valores são eliminados no processo de consolidação, como foi visto anteriormente. Entretanto, no balanço patrimonial da investida, o valor dos estoques permanecem superavaliados num montante de mCz\$ 157.133.

4.6 - RESUMO DO CAPÍTULO.

Neste capítulo foi visto que a adoção do tratamento legal implica em uma economia de custos das informações contábeis, principalmente, no caso de empresas que não procedem a consolidação dos relatórios contábeis. No caso estudado, esta economia foi, em grande parte, reduzida devido às eliminações efetuadas através desta técnica.

Verificou-se, também, que o valor dos RNR: Investido-ra-Investida, embora pouco significativo no contexto desta empresa, afetou todas as demonstrações contábeis da investidora, o balanço patrimonial da investida e a igualdade entre lucros líquidos e patrimônios líquidos da investidora e consolidado.

Outro fato constatado neste capítulo é a adequabilidade com que a técnica de consolidação dos relatórios contábeis processa a transação estudada. Esta técnica utiliza as formas mais puras dos conceitos contábeis para tratar desta e de outras transações.

NOTAS DO CAPÍTULO

¹ Quanto tempo os bens permanecem, em média, registrados no ativo da investida. Poderia ser aproximadamente apurado através do seguinte cálculo:

$$[(\text{Valor da transação}) \div (\text{Valor anual das vendas para a controlada})] \times 360 \text{ dias.}$$

Este cálculo pode conter falhas por considerar as vendas homogeneamente distribuídas durante o ano.

² Este valor é apurado a partir do LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA (deduzido dos ajustes da equivalência patrimonial, inclusive AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA - DL 2284/86) dividido pelo lucro bruto.

³ ENCARGOS DE VENDAS é o termo utilizado pela empresa que equivale a DEDUÇÕES DE VENDAS.

⁴ Optou-se pela apresentação deste relatório devido à exigência legal de sua publicação. A adequabilidade da DOAR consolidada pode ser passível de discussões e mereceria um estudo mais aprofundado. Contudo, tal aspecto foge ao escopo deste estudo.

⁵ Brasil, Instrução CVM 15 de 03 de novembro de 1980, Artigo 21, Alínea F.

CAPÍTULO V

TRATAMENTO LEGAL DERIVADO

5.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Este capítulo apresenta os efeitos dos RNR:INVESTIDORA-INVESTIDA*, nas demonstrações contábeis das empresas envolvidas na transação estudada anteriormente, considerando-se a utilização do tratamento legal derivado. Sua estrutura é a seguinte:

- a) procedimento indicado;
- b) demonstrações contábeis resultantes; e
- c) considerações sobre as demonstrações contábeis resultantes.

5.2 - PROCEDIMENTO INDICADO:

Em conformidade com o estudo desenvolvido anteriormente, o procedimento indicado pelo tratamento legal derivado consiste em diferir o valor do RNR: Investidora-Investida na contabilidade da investidora.

* Serão consideradas as duas classificações mencionadas para o diferimento, ou seja, Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido.

Com base nos dados da transação, foram elaborados os seguintes lançamentos, na investidora, para colocar em prática o procedimento indicado por este tratamento:

Lançamento 6: diferimento da receita

D - Vendas Brutas

C - Resultados de Exercícios Futuros-Receitas

RNR: Investidora → Investida 2.611.860

ou

D - Vendas Brutas

C - Reservas (patrimônio líquido)

RNR: Investidora → Investida 2.611.860

e

Lançamento 7: diferimento dos custos e despesas associadas à receita diferida:

D - Resultado de Exercícios Futuros

Custos e Despesas - RNR: Investidora → Investida

C - Encargos de Vendas 90.370

C - Custo dos Produtos Vendidos 2.454.727

C - Imposto de Renda 2.600

2.547.697

ou

D - Reservas (patrimônio líquido)

RNR: Investidora → Investida

C - Encargos de Vendas	90.370
C - Custo dos Produtos Vendidos	2.454.727
C - Imposto de Renda	2.600
	<hr/>
	2.547.697

Estes lançamentos parecem atender adequadamente às exigências do procedimento indicado pelo tratamento legal derivado. Com este procedimento, o valor do resultado não realizado da transação (mCz\$ 64.163) foi diferido e está registrado no REF (ou patrimônio líquido) da investidora.

Como os lançamentos apresentados não são extra-contábeis, os relatórios contábeis da investidora sofrerão modificações. Portanto, o processo de consolidação das demonstrações contábeis deve ser modificado. A eliminação das vendas, em contrapartida dos custos dos produtos vendidos é alterado para a eliminação do REF (ou patrimônio líquido). Ou seja:

Lançamento 8: eliminação do REF (no PL não há lançamento neste momento)

D - Resultado de Exercícios Futuros-Receita

RNR: Investidora → Investida

C - Resultado de Exercícios Futuros

Custos e Despesas - RNR: Investidora → Investida

2.547.697

Observa-se que ainda resta o valor de mCz\$ 64.163 na rubrica REF-Receita. Este montante corresponde aos RNR: Investidora → Investida, líquido de imposto de renda, que superava a o estoque da investida. Portanto, o lançamento 2 deve ser modificado para representar adequadamente a situação. Esta modificação é apresentada abaixo:

Lançamento 9: Eliminação do RNR: Investidora-Investida do estoque da investida)

D - REF-Receita (ou Reservas-PL)

RNR: Investidora → Investida

C - Estoque 64.163

Nota-se que os valores do lançamento supra e o nº 2 não são idênticos. A diferença entre estes valores corresponde ao montante de imposto de renda incidente sobre a transação.

Como no lançamento 7 o item *Imposto de Renda* já foi ajustado na investidora, resta somente retirar o valor do imposto de renda dos estoques, uma vez que o lucro (líquido de IR) de mCz\$ 64.163 foi eliminado pelo lançamento 9.

Portanto, o lançamento 3 deve ser modificado, conforme apresentado abaixo:

Lançamento 10: diferimento do IR

D - Outros Ativos Circulantes

C - Estoques 2.600

Considerando-se os lançamentos 4, 9 e 10, o item Estoques será reduzido no montante de mCz\$ 157.133. Este total corresponde, exatamente, a superavaliação dos estoques na investida e que deve ser eliminado na consolidação das demonstrações contábeis.

As modificações nos lançamentos da consolidação proporcionaram somente a reclassificação dos encargos de vendas que estavam reduzindo o custo dos produtos vendidos. Entretanto, esta alteração nos relatórios contábeis consolidados não parece ser suficiente para suportar a apresentação destes relatórios modificados.

5.3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESULTANTES

Esta seção tem o objetivo de apresentar as demonstrações contábeis que levam em conta o diferimento do RNR: Investidora-Investida. Esta apresentação estrutura-se da seguinte forma:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Estes relatórios apresentam a classificação do diferimento dos RNR: Investidora-Investida no REF da Investidora. Este procedimento visa demonstrar os relatórios que melhor des

tacam o diferimento destes resultados não realizados. Além disso, acredita-se que as diferenças entre as classificações não são tão significativas a ponto de merecer a apresentação de dois conjuntos de relatórios contábeis.

5.3.1 - Balanço Patrimonial

A T I V O

Em 31 de dezembro
de 1986

CIRCULANTE	
Caixa e bancos	3.943.797
Títulos e valores mobiliários	5.391.611
Contas a receber	
* Clientes, inclui Cz\$ 4.031.136 mil de duplicatas endossadas por controladas	14.762.631
* Controladas e coligadas, principalmente por vendas	5.726.168
	<hr/> 20.488.799
* Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.500)
	<hr/> 20.480.299
* Fornecedores, empreiteiros, contratantes e outros adiantamentos	1.013.480
* Outras contas a receber	582.588
	<hr/> 22.076.367
Estoques	39.454.330
Outros ativos circulantes	1.808.776
	<hr/> 72.674.881
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
Títulos e valores mobiliários	1.266
Financiamentos liquidáveis em parcelas	4.500.529
Contas a receber	1.649.180
Controladas e coligadas	
* Adiantamentos para aumento de capital	1.957.769
* Contas a receber	125.030
Empréstimos compulsórios a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	1.056.227
Outros ativos realizáveis a longo prazo	25.553
	<hr/> 9.315.554
PERMANENTE	
Investimentos	
* Controladas e coligadas	53.980.195
* Outros investimentos	404.538
Imobilizado	67.793.561
Diferido	271.369
	<hr/> 122.449.663
(As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras)	204.440.098
	<hr/> =====

P A S S I V O

Em 31 de dezembro
de 1986

CIRCULANTE

Financiamentos	46.352.229
Depósitos em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(26.784.819)
	<hr/> 19.567.410
Fornecedores e empreiteiros	12.345.760
Impostos e taxas	5.282.894
Entidade Governamental	1.373.947
Créditos para uniformização do custo de fretes nos preços de produtos	4.014.828
Créditos da União para subsídio/compra de materiais	1.062.679
Dividendos propostos	3.723.522
Contribuições sociais a recolher	2.676.857
Controladas e coligadas	1.198.660
Outras contas e despesas a pagar	2.891.279
	<hr/> 54.137.836
	=====

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Financiamentos	30.123.679
Depósitos em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(6.731.713)
	<hr/> 23.391.966
Controladas e coligadas	2.598.886
Créditos da União para aumento de capital	421.533
Outras contas e despesas a pagar	21.785
	<hr/> 26.434.170
	<hr/>

RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS, LÍQUIDO

Resultados não Realizados: Investidora-Investida	64.163
--	--------

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital realizado atualizado	50.516.265
Reservas de capital	997.373
Reserva de reavaliação	10.486.439
Reservas de lucros	61.803.852
	<hr/> 123.803.929
	<hr/> 204.440.098
	=====

5.3.2 - Demonstração do resultado do exercício

	Milhares de cruzados	
	Exercício findo em 31/12/1986*	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Vendas		
* Produtos	(A)	186.882.716
* Serviços, principalmente fretes		2.030.638
		<hr/>
Encargos de vendas	(B)	188.913.354
	(C)	26.907.387
		<hr/>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(D)	162.005.967
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(E)	102.615.285
		<hr/>
Lucro bruto	(F)	59.390.682
DESPEAS OPERACIONAIS		
Vendas		480.775
Financeiras		
* Despesas financeiras		9.151.735
* Receitas financeiras	(2.585.201)
Gerais e administrativas		
* Honorários da Diretoria e do Cons. de Administração		6.703
* De administração		3.750.521
Tributárias		1.163.367
Custos c/ pesquisa e desenvolvimento		15.815.545
Outras despesas (receitas) operacionais, líquido		480.265
		<hr/>
		28.263.710
		<hr/>
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS		
Ganhos		
* Equivalência patrimonial		4.249.475
* Realização de reserva de reav. em controladas		1.540.200
Perdas		
* Equivalência patrimonial	(2.126.779)
		<hr/>
		3.662.896
		<hr/>
Lucro operacional	(G)	34.789.868
		<hr/>
RECEITAS (DESPESAS) NÃO-OPERACIONAIS		
Receitas eventuais		15.779
Variações patrimoniais, líquido		25.099
		<hr/>
		40.878
		<hr/>
TRANSPORTE		34.830.746

TRANSPORTE		34.830.746
		<hr/>
CORREÇÕES E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Correção monetária do balanço		
* Do patrimônio líquido	(35.630.966)
* Do ativo permanente		41.021.689
		<hr/>
		5.390.723
Variações monetárias de financiamentos vinculados ao ativo imobilizado	(9.250.932)
		<hr/>
	(3.860.209)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(H)	30.970.537
IMPOSTO DE RENDA	(I)	(2.316.679)
		<hr/>
Lucro (prejuízo) do período	(J)	28.653.858
AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA - DL nº 2.284/86		(334.876)
		<hr/>
Lucro líquido do exercício (Cz\$ 281,40 por lote de mil ações do capital integralizado no fim do exer- cício)	(K)	28.318.982
		<hr/> <hr/>

* Os valores relativos ao período de dois meses, findo em 28 de fevereiro de 1986, foram convertidos para cruzados na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5.3.3 - Demonstração das origens e aplicações de recursos.

Milhares de cruzados	
Exercício findo em 31/12/1986*	
ORIGENS DE RECURSOS	
Das operações sociais	
* Lucro líquido (prejuízo)	(A) 28.653.858
* Participação no patrimônio líquido de controladas e coligadas, líquido	(3.662.896)
* Dividendos recebidos de controladas e coligadas	406.037
* Depreciação e amortização	7.024.533
* Correção monetária do patrimônio líquido e do ativo permanente	(5.390.723)
* Operações com controladas e coligadas	(B) 1.522.624
* Variações monetárias de financ. a longo prazo	9.140.908
* Valor residual de bens baixados do ativo perm.	79.792
* Outras origens das operações sociais	23.768
	(C) 37.797.901
De outras fontes	
* Financiamentos	3.396.303
* Aumento de outras contas de exig. a longo prazo	295.870
* Créditos e subvenções para investimentos	717.836
	4.410.009
Total das origens de recursos	42.207.910
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Investimentos	2.807.527
Imobilizado	9.334.693
Diferido	8.523
Transferência de financs. p/ o passivo circulante	7.412.991
Dividendos	5.333.693
Aumento do realizável a longo prazo	2.863.661
Outras aplicações de recursos	6.518
Total das aplicações de recursos	27.767.606
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	14.440.304
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica	
- DL nº 2.284/86 que afetam o capital circulante	(560.105)
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO	13.880.199
	=====

VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE

ATIVO CIRCULANTE

* No início do exercício (convertido na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)	48.348.710
* No fim do exercício	72.674.881
	<hr/>
	24.326.171

PASSIVO CIRCULANTE

* No início do exercício (convertido na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)	43.691.864
* No fim do exercício	54.137.836
	<hr/>
	10.445.972

AUMENTO DE CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO

13.880.199

=====

* Os valores relativos ao período de dois meses, findo em 28 de fevereiro de 1986, foram convertidos para cruzados na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3.4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital realiz. atualizado		Reservas de capital			Reservas de lucros					Reservas de lucros			Contas especiais		Total do patrimônio líquido	
	Capital subscrito e integralizado	Correção monetária	Correção monetária do mobilizado	Subvenções AFUP	Outras	Reserva de reavaliação	Legal	Para contingências	A realizar	Emvolução patrimonial	Retenções de lucros	Especial retenção de dividendos	Outras	Lucros acumulados	Resultado do período de 2 meses findo em 25/02/86		Ajustes do Prog. de Est. Econômico R. 2.204/86
NUMÉROS DE EXERCÍCIOS																	
Em 1 de Janeiro de 1986	7.547.679	16.358.570	770.401	647.645	209.129	5.967.539	1.373.813	69.540	8.636.773	700.409			45.017	15.996.407			56.748.976
Recurs. provs. do AFUP aplic. na ampliação e construção de navios				32.324													32.324
Correção monetária		7.635.744	251.418	207.079	123.444	1.075.191	436.301	22.021	2.742.982	250.305			2.312	5.000.194			18.648.571
Transferências e outros					49.437												49.437
Realiz. e utiliz. de reser. Cont. de reser. de reavaliação de ativo imob. em constr. e coligações						(101.632)		120.1	(90.670)				16.290	90.670			(100.150)
Projeção fin. do período						383.552									(839.622)		383.552
															(839.622)		(839.622)
Em 20 de fevereiro 1986	7.547.679	24.214.314	1.041.419	887.868	511.970	8.144.650	1.810.116	91.359	11.201.017	1.030.794			41.039	21.175.201	(839.622)		76.947.864
MILHARES DE CRUZEIROS																	
Conversão af. cruzados na taxa US\$ 1.000/C\$ 1.00	7.547.679	(1.214.314)	1.041.419	887.868	511.970	8.144.650	1.810.116	91.359	11.201.017	1.030.794			41.039	21.175.201	(839.622)		76.947.864
Correção monet. especial		2.205.531	72.310	61.737	35.560	360.560	125.693	6.340	703.347	72.130			660	1.070.399			5.395.275
Ajuste lis. decorrente da conversão de cruzados para cruzados																	(259.586)
																	(259.586)
Em 26 de fevereiro 1986	7.547.679	26.619.048	1.113.729	950.005	547.520	8.710.210	1.935.809	97.700	12.044.364	1.110.927			41.705	22.645.600	(839.622)		82.466.777
Capitalização de reservas e lucros acumulados	24.635.751	(16.538.090)	(1.113.729)	1912.581	(477.039)					11.310.921			116.256	14.472.295			
Recurs. provs. do AFUP aplic. na ampliação e construção de navios				176.611													176.611
Incentivos fiscais II e outros aduaneiros					439.462												439.462
Correção monetária		8.451.005		36.769	216.646	1.740.332	300.913	19.620	2.423.706				26.121	3.631.115			16.962.375
Reser. transi. e outros (real) e utiliz. de reser. (real)						(1.430.568)		(113.331)	(2.041.084)				6.290	117.331			6.290
Retenções de lucros acumul. desde 1.º de dez. de 84 até 26/02/86											25.006.515			2.004.684			(1.430.568)
														(25.006.515)			
Cont. de reser. de reavaliação de ativo imob. em constr. e coligações						1.444.445											1,444,445
Reversão do saldo das contas especiais informadas do result. do exercício														(A) 20.310.982	639.622	324.076	1.174.41
Lucro líquido do exercício apropriado e distribuído														(A) 20.310.982		(A)	20.310.982
do lucro líquido e Reservas							1.419.157			(C) 18.777.658			252.581	(20.469.396)	(C)		
Dividendos de C\$ 70,00 por lote de ações do capital integralizado no fim do exerc.												2.515.073		(7.049.386)			(5.534.313)
Em 31 de dezembro de 1986	32.243.438	10.312.035		271.044	725.769		3.743.879		10.623.660	131	44.644.173	2.515.073	316.441				123.640.929
Em 31 de dezembro de 1986	50.516.265		977.373			14.086.439				(E) 41.003.052							123.640.929

5.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESULTANTES

As principais considerações relativas às demonstrações contábeis resultantes da aplicação do tratamento legal derivado aos RNR: Investidora-Investida relacionam-se com o estudo desenvolvido sobre suas principais críticas. Esta seção subdivide-se da seguinte forma:

- a) Custo da informação; e
- b) Demonstrações contábeis da investidora.

5.4.1 - *Custo da informação*

A adoção do procedimento indicado pelo tratamento legal derivado aos RNR: Investidora-Investida realmente implica em gastos na obtenção dos dados sobre a transação. Estes gastos parecem assumir um grau de importância, uma vez que os procedimentos utilizados revestem-se de complexidade.

Portanto, a utilização do tratamento legal derivado deve sofrer uma análise de *custo versus benefícios* para que estes gastos somente sejam efetuados, caso as alterações nas informações contábeis sejam capazes de influenciar na decisão do usuário (relevância, materialidade).

5.4.2 - *Demonstrações contábeis da investidora*

A apresentação dos comentários a cerca das demonstrações contábeis modificadas da investidora subdivide-se em:

- a) Demonstração do Resultado do Exercício;
- b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- c) Balanço Patrimonial; e
- d) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

5.4.2.1 - Demonstração do resultado do exercício*

O tratamento legal derivado acarreta um número significativo de modificações na DRE da investidora, em relação com o mesmo relatório preparado segundo o tratamento legal.

Em primeiro lugar, o item *Vendas - Produtos* (A) sofre uma redução no valor da transação (mCz\$ 2.811.860). Este fato proporciona a eliminação do valor da venda que gerou os RNR: *Investidora-Investida*, ora transferido para ocorrer o seu diferimento. Em consequência, o valor da *Receita Operacional Bruta* (B) também sofre a mesma redução.

O item *Encargos de Vendas* (C) é reduzido no valor de mCz\$ 90.370, referente aos encargos que incidiram sobre a transação. Com a modificação dos itens "B" e "C", o item *Receita Operacional Líquida* (D) também alterou-se.

O *Custo dos Produtos e Serviços Vendidos* (E) foi reduzido pelo valor de mCz\$ 2.454.727. Este valor corresponde ao

* O tratamento da eliminação pressupõe idênticos efeitos na DRE. Por isso, julgou-se desnecessária a apresentação deste relatório e seus comentários no capítulo subsequente.

custo dos produtos transferidos para a investida e que não saíram da macroentidade. Por isso também devem ser diferidos. Adotando-se este conjunto de procedimentos, o item *Lucro Bruto* (F) não mais registra o valor dos RNR: Investidora-Investida. O mesmo ocorre com os itens *Lucro Operacional* (G) e *Lucro (ou prejuízo) Antes do Imposto de Renda* (H).

Como a transação foi eliminada, não há fundamento para que o imposto de renda recolhido seja considerado como despesa. Por isso, o valor do item *Imposto de Renda* (I) deve ser reduzido no montante de mCz\$ 2.600, referentes ao IR incidente sobre a transação.

Considerando todas estas alterações ocorridas, os itens *Lucro (prejuízo) do Período* (J) e *Lucro Líquido do Exercício* (K) foram alterados pelo valor de mCz\$ 64.163. Este valor corresponde, exatamente, ao montante líquido do RNR: Investidora-Investida. Este fato apresenta-se como um grande avanço conceitual.

Neste caso específico, no exercício seguinte, o valor diferido se realizaria e seriam incluídos na DRE do período subsequente. Este procedimento contribuiria para eliminar a diferença entre o lucro líquido da investida e o do consolidado proveniente desta transação.

5.4.2.2 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido*

Levando-se em conta o tratamento legal derivado com classificação no diferimento em REF, a primeira alteração na DMPL consiste na transferência do resultado do exercício para lucros acumulados (A). Como o valor do lucro líquido foi reduzido com o diferimento dos RNR: Investidora-Investida, esta transferência acarreta um patrimônio líquido menor no final do período (B).

Neste ponto, parte-se do pressuposto que o valor do RNR: Investidora-Investida (mCz\$ 64.163) estava registrado no item *Retenção de Lucros* (C), a exemplo do capítulo anterior. Com isso, este item deve ser reduzido no montante de mCz\$ 64.163. Este procedimento acarreta a redução dos totais de *Retenção de Lucros* (D) e *Reservas de Lucros* (E), neste mesmo montante.

Através deste procedimento apontado anteriormente, efetua-se a eliminação dos RNR: Investidora-Investida do patrimônio líquido da investidora.

5.4.2.3 - Balanço Patrimonial

O tratamento legal derivado proporciona poucas modificações na elaboração do balanço patrimonial, em relação ao

* O tratamento da eliminação pressupõe idênticos efeitos na DMPL. Por isso, considerou-se desnecessária a apresentação deste relatório e seus comentários no capítulo subsequente.

apresentado pelo tratamento legal. Adotando-se a classificação do diferimento em REF, verifica-se uma modificação no passivo da investidora. Esta modificação consiste numa redução das *Reservas de Lucros*, em contrapartida de um acréscimo de *Resultados de Exercícios Futuros - Líquido*, no valor de mCz\$ 64.163.

Percebe-se, então, que o destaque dos RNR: Investidora-Investida fica por conta de sua classificação em REF, uma vez que nenhuma modificação ocorreria, nos itens do balanço patrimonial da investidora, com sua classificação no patrimônio líquido. Com isso, este total permaneceria superavaliado, considerando-se o entendimento econômico da entidade.

A diferença entre o patrimônio líquido da investidora e o do consolidado seria eliminada somente na hipótese de classificação do diferimento no grupamento REF. Caso contrário, a diferença continuaria existindo.

5.4.2.4 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

A aplicação do tratamento legal derivado não proporciona alterações significativas na DOAR. Adotando-se este tratamento, somente os itens *Lucro Líquido (A)* e *Operações com Controladas e Coligadas (B)* sofreram modificações.

O lucro líquido (A), foi reduzido em mCz\$ 64.163, correspondente ao valor do diferimento. Enquanto isso, o valor das operações com controladas (B) foi incrementado pelo mesmo

montante da redução do lucro líquido. Este incremento decorre do entendimento de que a transação que gerou o RNR: Investidora-Investida não passa de uma transferência interna de recursos.

Considerando estes aspectos, o total de *Origens de Recursos das Operações Sociais* (C) não sofre modificação, devido a compensação entre o decréscimo e o acréscimo ocorridos nos itens "A" e "B", respectivamente. Com isso, os valores subsequentes também apresentam-se inalterados.

5.5 - RESUMO DO CAPÍTULO.

A adoção do tratamento legal derivado, mostrada neste capítulo, evidencia um acréscimo de custos na elaboração e divulgação das informações contábeis. Isto porque a utilização deste tratamento implica na existência de controles para identificação dos RNR: Investidora-Investida. No caso estudado, este aumento de custos é reduzido porque a investidora já determina o montante destes resultados não realizados para fins de consolidação das demonstrações contábeis.

O desenvolvimento do capítulo também mostrou que o destaque dos RNR: Investidora-Investida não altera significativamente as demonstrações contábeis elaboradas conforme o tratamento legal. Muitos itens continuam superavaliados e o seu destaque quase passa despercebido pelo usuário, principalmente quando classificado no patrimônio líquido. Isto só não ocorre na DRE da investidora, cujo valor é totalmente eliminado.

Um aspecto importante consubstancia-se no entendimento de que os RNR: Investidora-Investida não devem ser considerados realizados e, portanto, incluídos na DRE da Investidora. Este fato, proporcionado pela adoção do tratamento legal derivado, identifica-se com a técnica de consolidação das demonstrações contábeis, que, em princípio, é a forma mais adequada de processar a transação.

CAPÍTULO VI

TRATAMENTO DA ELIMINAÇÃO

6.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS.

O objetivo principal deste capítulo consubstancia-se na apresentação dos efeitos ocorridos nas demonstrações contábeis da investidora provenientes da utilização do tratamento da eliminação sobre a transação em estudo. Sua estrutura é a seguinte:

- a) procedimento indicado;
- b) demonstrações contábeis resultantes;
- c) comentários sobre as demonstrações contábeis resultantes.

6.2 - PROCEDIMENTO INDICADO.

O procedimento indicado pelo tratamento da eliminação consiste em eliminar os RNR: Investidora-Investida no ajuste da equivalência patrimonial. Com base nestes comentários e nos dados da transação, elaboraram-se os seguintes lançamentos para aplicar o procedimento indicado pelo tratamento da eliminação:

Lançamento 11: redução do ajuste do investimento

D - Ganhos com Equivalência Patrimonial

C - Investimentos - Controladas e Coligadas 157.133*

Este lançamento estorna o lançamento inicial do ajuste da equivalência patrimonial, elaborado segundo o procedimento indicado pelo tratamento legal. Na verdade, caso este procedimento legal não fosse utilizado inicialmente, o lançamento do ajuste da equivalência seria o seguinte:

Lançamento 12: lançamento inicial do ajuste da equivalência patrimonial, segundo o tratamento da eliminação:

D - Investimentos - Controladas e Coligadas.

C - Ganhos com Equivalência Patrimonial 1.037.464

O valor de mCz\$ 1.037.464 foi determinado da seguinte forma (em milhares de cruzados):

Ajuste da EP antes dos RNR: Investidora-Investida	1.194.597
RNR: Investidora-Investida	157.133
Valor do ajuste	1.037.464

* (RNR: Investidora-Investida) + (IR) + (encargos) = mcz\$ 157.133.

Este seria o procedimento básico para a aplicação do tratamento da eliminação. O procedimento complementar poderia ser efetuado, simplificadaamente, da seguinte forma:

Lançamento 13: Ajuste do lucro bruto da
investidora:

D - Resultados não Realizados com Controladas

C - Ganhos com Equivalência Patrimonial 157.133

A conta: *Resultados não Realizados com Controladas* seria classificada após o custo dos produtos e serviços vendidos, retificando o lucro da investidora.

Este procedimento poderia ser desmembrado para ajustar individualmente as contas de vendas, custo das vendas, imposto de renda, encargos de vendas e outros ativos circulantes. Entretanto, este desmembramento pode ser considerado um preciosismo desnecessário, uma vez que a informação resumida parece atender adequadamente aos objetivos perseguidos por este tratamento. Em casos de extrema relevância, porém, o desmembramento pode passar a ser interessante. Este lançamento desmembrado é mostrado a seguir:

Lançamento 14: Ajuste desmembrado do lucro bruto e Imposto de Renda da Investidora:

	Débito	Crédito
D - Vendas Brutas	2.611.860	
D - Outros Ativos Circulantes	92.970	
C - Custo dos Produtos Vendidos		2.454.727
C - Encargos de Vendas		90.370
C - Imposto de Renda		2.600
C - Ganhos com Equivalência Patrimonial		157.133
	<hr/>	<hr/>
	2.704.830	2.704.830
	=====	=====

O lançamento 14, além da eliminação do RNR:Investidora-Investida nas respectivas contas, proporciona o diferimento dos encargos de vendas e imposto de renda recolhidos pela investidora. Este diferimento fundamenta-se na ocorrência de uma antecipação de impostos, pela investidora, uma vez que a transação não foi realizada com terceiros.

Outro ponto que merece destaque é o valor de mcz\$ 157.133, creditado na conta *Ganhos com Equivalência Patrimonial*. Torna-se importante ressaltar que este valor representa o mon

tante da superavaliação do estoque da investida. Esta superavaliação do estoque é ajustada pelos lançamentos 2 e 4, no processo de consolidação das demonstrações contábeis. Não ocorre rã nenhuma modificação neste processo caso o lançamento 13 se ja adotado. Para tanto, bastaria reconstituir o valor do investimento em contrapartida do item *Resultados não Realizados com Controladas*.

O lançamento 14, contudo, exige modificações nos lançamentos 1, 2, 3 e 4, na elaboração das demonstrações consolidadas. A explicação para este fato é que tais lançamentos objetivaram eliminar o RNR: Investidora-Investida dos resultados e dos estoques da macroentidade. Como o tratamento da eliminação procede o ajuste do resultado (via investidora), resta, somente, o ajuste do estoque. Para efetuã-lo é necessário uma partida a crédito no valor de mcz\$ 157.133, nesta conta. A contrapartida correspondente poderia ser a recomposição do valor do investimento da investidora (ou uma eliminação do patrimônio líquido da investida, para simplificar).

Acredita-se que seria correto entender a contrapartida do ajuste dos estoques como investimento porque esta conta foi utilizada como contrapartida *implícita* para ajustar os resultados da investidora. Portanto, como a contrapartida correta está sendo processada (estoques da investida), nada mais adequado que anular a contrapartida *implícita*, tornando o investimento da investidora compatível com o patrimônio líquido da investida.

Embora conceitualmente correta, a argumentação efetuada no parágrafo anterior ocasiona uma duplicação de esforços. Esta afirmação está baseada no fato de que o valor reconstituído do investimento será eliminado contra o patrimônio líquido da investida. Por isso, seria mais racional utilizar o valor que superavalia o estoque para eliminar diretamente o patrimônio líquido desta empresa (que nada mais é que a *contrapartida implícita* da superavaliação do estoque).

Portanto, o lançamento de ajuste do estoque, no processo de consolidação das demonstrações contábeis, seria o seguinte:

Lançamento 15: Ajuste do estoque na consolidação:

D - Patrimônio Líquido da Investida

C - Estoques 157.133

No débito do lançamento 15 foi utilizado, genericamente, o título: patrimônio líquido para simplificar o entendimento. De fato, poderia ser utilizada qualquer conta (ou conjunto de contas) que representasse a diferença entre o patrimônio líquido da investida e o investimento da investidora, causada pelo RNR: Investidora-Investida.

Os lançamentos elaborados neste capítulo proporcionam modificações em algumas demonstrações contábeis da Investidora. Estes relatórios modificados serão apresentados a seguir.

6.3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESULTANTES.

As demonstrações contábeis, que são apresentadas neste capítulo, consideram a adoção do lançamento 14 (desmembrado), devido à sua riqueza conceitual.

A partir do que foi dito acima, as demonstrações contábeis afetadas pelo tratamento da eliminação (da investidora) serão apresentados na seguinte estrutura:

- a) Balanço Patrimonial; e
- b) Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos.

Destaca-se que as demonstrações de resultado do exercício e de mutações do patrimônio líquido não foram apresentadas porque são idênticas às obtidas pelo tratamento legal derivado.

6.3.1 - Balanço Patrimonial

A T I V O

Em 31 de dezembro
de 1986

CIRCULANTE

Caixa e bancos		3.943.797
Títulos e valores mobiliários		5.391.611
Contas a receber		
* Clientes, inclui Cz\$ 4.031.136 mil de duplicatas endossadas por controladas		14.762.631
* Controladas e coligadas, principalmente por vendas		5.726.168
		<hr/> 20.488.799
* Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.500)
		<hr/> 20.480.299
* Fornecedores, empreiteiros, contratantes e outros adiantamentos		1.013.480
* Outras contas a receber		582.588
		<hr/> 22.076.367
Estoques		39.454.330
Outros ativos circulantes	(E)	1.901.746
	(F)	<hr/> 72.767.851

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Títulos e valores mobiliários		1.266
Financiamentos liquidáveis em parcelas		4.500.529
Contas a receber		1.649.180
Controladas e coligadas		
* Adiantamentos para aumento de capital		1.957.769
* Contas a receber		125.030
Empréstimos compulsórios a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS		1.056.227
Outros ativos realizáveis a longo prazo		25.553
		<hr/> 9.315.554

PERMANENTE

Investimentos		
* Controladas e coligadas	(D)	53.823.062
* Outros investimentos		404.538
Imobilizado		67.793.561
Diferido		271.369
	(G)	<hr/> 122.292.530

(As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras).

(H) 204.375.935
=====

P A S S I V O

Em 31 de dezembro
de 1986

CIRCULANTE

Financiamentos	46.352.229
Depósitos em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(26.784.819)
	<hr/>
	19.567.410
Fornecedores e empreiteiros	12.345.760
Impostos e taxas	5.282.894
Entidade Governamental	1.373.947
Créditos para uniformização do custo de fretes nos preços dos produtos	4.014.828
Créditos da União para subsídio/compra de materiais	1.062.679
Dividendos propostos	3.723.522
Contribuições sociais a recolher	2.676.857
Controladas e coligadas	1.198.660
Outras contas e despesas a pagar	2.891.279
	<hr/>
	54.137.836
	=====

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Financiamentos	30.123.679
Depósitos em moeda estrangeira à ordem do Banco Central do Brasil	(6.731.713)
	<hr/>
	23.391.966
Controladas e coligadas	2.598.886
Créditos da União para aumento de capital	421.533
Outras contas e despesas a pagar	21.785
	<hr/>
	26.434.170
	<hr/>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital realizado atualizado	50.516.265
Reservas de capital	997.373
Reserva de reavaliação	10.486.439
Reservas de lucros	(A) 61.803.852
	<hr/>
	(B) 123.803.929
	<hr/>
	(C) 204.375.935
	=====

6.3.2 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

		Milhares de cruzados
		Exercício findo em 31/12/1986*
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações sociais		
* Lucro líquido (prejuízo)	(A)	28.653.858
* Participação no patrimônio líquido de controladas e coligadas, líquido	(3.662.896)
* Dividendos recebidos de controladas e coligadas		406.037
* Depreciação e amortização		7.024.533
* Correção monetária do patrimônio líquido e do ativo permanente	(5.390.723)
* Operações c/ controladas e coligadas	(B)	1.615.594
* Variações monetárias de financ. a longo prazo		9.140.908
* Valor residual de bens baixados do ativo perm.		79.792
* Outras origens das operações sociais		23.768
		<hr/> 37.890.871
De outras fontes		
* Financiamentos		3.396.303
* Aumento de outras contas de exig. a longo prazo		295.870
* Créditos e subvenções para investimentos		717.836
		<hr/> 4.410.009
Total das origens de recursos		<hr/> 42.300.880
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Investimentos		2.807.527
Imobilizado		9.334.693
Diferido		8.523
Transferência de financs. p/ o passivo circulante		7.412.991
Dividendos		5.333.693
Aumento do realizável a longo prazo		2.863.661
Outras aplicações de recursos		6.518
		<hr/> 27.767.606
Total das aplicações de recursos		<hr/> 27.767.606
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica		14.533.274
- DL nº 2.284/86 que afetam o capital circulante	(560.105)
		<hr/>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO	(D)	13.973.169
		=====

Milhares de cruzados

Exercício findo em
31/12/1986*

VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE

ATIVO CIRCULANTE

* No início do exercício (convertido na paridade
de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)

48.348.710

* No fim do exercício

(C) 72.767.851

24.419.141

PASSIVO CIRCULANTE

* No início do exercício (convertido na paridade
de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00)

43.691.864

* No fim do exercício

54.137.836

10.445.972

AUMENTO DE CAPITAL CIRCULANTE DO EXERCÍCIO

(F) 13.973.169

=====

* Os valores relativos ao período de dois meses findo em 28 de fevereiro de 1986, foram convertidos para cruzados na paridade de Cr\$ 1.000 por Cz\$ 1,00.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESULTANTES

Após a apresentação das demonstrações contábeis da investidora, elaboradas em conformidade com o procedimento indicado pelo tratamento da eliminação, esta seção se destinará a comentar as principais alterações ocorridas entre estas demonstrações e as apresentadas nos capítulos 4 e 5 - Tratamento Legal e Tratamento Legal Derivado, respectivamente. Estes comentários estão subdivididos nos dois itens apresentados abaixo:

- a) custo da informação; e
- b) demonstrações contábeis da investidora.

6.4.1 - Custo da informação.

O tratamento da eliminação assemelha-se bastante ao tratamento legal derivado no que concerne ao custo de identificação e processamento dos RNR: Investidora-Investida. Em outras palavras, a adoção do tratamento da eliminação implica em maiores custos para a apresentação de informações contábeis mais adequadas. Os motivos deste encarecimento da informação são os mesmos apresentados na seção 5.4.1, deste estudo.

Neste caso, também é necessário uma análise de *custo versus benefício* para determinar a utilização deste tratamento.

6.4.2 - Demonstrações contábeis da investidora

O procedimento indicado pelo tratamento da eliminação proporciona modificações nos relatórios contábeis da inves

tidora, em relação aos elaborados em conformidade com os tratamentos anteriores. A apresentação dos comentários, relativos às demonstrações contábeis modificadas, subdivide-se em:

- a) Balanço Patrimonial; e
- b) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

6.4.2.1 - Balanço Patrimonial

O tratamento da eliminação proporciona a redução dos totais de ativos e passivos, através da eliminação do RNR: Investidora-Investida.

A redução do passivo (C) ocorre no patrimônio líquido (B), mais especificamente no item *Reservas de Lucro* (A). Esta redução foi de mcz\$ 64.163, como foi visto anteriormente.

No Ativo, a redução líquida de mcz\$ 64.163 altera dois itens patrimoniais: Investimentos (D) e Outros Ativos Circulantes (E).

No item investimentos, verifica-se uma redução de mcz\$ 157.133, correspondente ao valor da superavaliação dos estoques registrados na investida. Este montante agrega o lucro da operação (mcz\$ 64.163), o IR (mcz\$ 2.600) e os encargos (mcz\$ 90.370). Com isso, elimina-se a contrapartida *implícita* dos RNR: Investidora-Investida.

Entretanto, os valores relativos ao IR e aos encargos não devem ser descarregados, imediatamente, na DRE- Investidora,

porque a transação não foi realizada com terceiros. Portanto, o montante de mcz\$ 92.970, deve ser diferido. Procedendo desta forma, verifica-se um acréscimo no item *Outros Ativos Circulantes* (E), neste valor.

Em consequência das alterações observadas acima, o item *Ativo Circulante* (F) foi acrescido em mcz\$ 92.970, enquanto que o item *Permanente* (G) sofreu um decréscimo de mcz\$ 157.133. O efeito líquido destas modificações foi uma redução no item *Ativo Total* (H), no valor de mcz\$ 64.163, mantendo a igualdade entre ativos e passivos.

6.4.2.2 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

A aplicação do procedimento indicado pelo tratamento da eliminação provoca alterações em um número considerável de itens da DOAR - Investidora. A primeira é observada no item *Lucro Líquido* (A), devido à eliminação dos RNR: Investidora-Investida (mcz\$ 64.163) na DRE - Investidora. O item *Operações c/Controladas e Coligadas* (B) também foi modificado em mcz\$ 157.133 para representar a origem de recursos proporcionada pela transferência interna.

Outra modificação verificada foi o diferimento do IR e dos encargos (mcz\$ 92.970), que acarretou um acréscimo no item *Ativo Circulante - no fim do exercício* (C). Com esta modificação, a igualdade entre os itens "D" e "C" da DOAR - Investidora é mantida.

6.5 - RESUMO DO CAPÍTULO.

A adoção do tratamento da eliminação, abordada neste capítulo, evidencia, também, um acréscimo dos custos das informações contábeis, se comparado com o tratamento legal.

O desenvolvimento do capítulo apresentou um número considerável de alterações nos itens constituidores das demonstrações contábeis da investidora. As superavaliações verificadas nos tratamentos anteriores deixam de existir em decorrência da adoção de um tratamento similar ao da técnica de consolidação das demonstrações contábeis. A identidade entre esta técnica e o tratamento da eliminação parece apresentar-se como um grande avanço no registro e processamento mais adequado dos RNR: Investidora-Investida.

A colocação efetuada acima, porém, possui a limitação de não tratar adequadamente os relatórios da investida. Isto porque, nesta empresa, os estoques continuam superavaliados.

CAPÍTULO VII

ANÁLISE COMPARATIVA DOS TRATAMENTOS

7.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS.

Este capítulo tem o objetivo de comparar e analisar os aspectos positivos e negativos de cada tratamento, associados aos resultados obtidos com o manuseio dos dados empíricos. Os quesitos da análise foram estabelecidos no capítulo III deste estudo.

7.2 - CUSTO VERSUS BENEFÍCIO DA INFORMAÇÃO:

Comparando-se o resultado obtido na aplicação dos três tratamentos, observa-se que o menos oneroso para a entidade é o tratamento legal. Como o valor do RNR:Investidora-Investida estudado não se reveste de relevância, parece adequado a decisão, tomada pela investidora, de aplicar este tratamento.

Embora tenha-se optado pela aplicação do tratamento legal, existe um consenso entre os responsáveis pela área contábil da empresa estudada de que o tratamento mais adequado é o da eliminação, quando os RNR: Investidora-Investida mostram-se significativos.

Portanto, o aspecto da relevância dos RNR: Investidora-Investida é fundamental para a escolha do tratamento a ser aplicado. O parâmetro utilizado para determinar a relevância de qualquer valor depende das características da entidade em questão. Conseqüentemente, torna-se necessário um conhecimento profundo desta entidade e suas atividades para determinar o que deve (ou não) ser considerado relevante. Segundo Iudícibus, *Este conceito é um dos mais difíceis de serem empregados na contabilidade. Na verdade, exige muita vivência e, acima de tudo, bom senso.*¹ Por isso, foram assumidos como válidos os critérios de relevância adotados pela investidora, para este caso específico. Entretanto, causa estranheza o fato de que este valor foi considerado relevante para fins de consolidação. Esta diferenciação de entendimento pode caracterizar um conflito entre a entidade e órgãos fiscalizadores (por exemplo: C.V.M.), que, talvez, exija o cumprimento indiscriminado das normas por eles estabelecidas. Este comentário fundamenta-se na afirmação de que seria coerente considerar a transação irrelevante para fins de consolidação, já que foi considerado irrelevante na aplicação da equivalência patrimonial.

Deduz-se, após esta discussão, que, para o caso específico, o tratamento legal parece ser o mais adequado, independentemente de sua subordinação conceitual a outros tratamentos. Esta dedução fundamenta-se na irrelevância do valor do RNR: Investidora-Investida, abordado neste estudo.

Embora a análise do custo versus benefício da informação tenha dado o parâmetro fundamental para a opção do tratamento a ser utilizado, parece válido complementar esta análise com os outros quesitos apresentados anteriormente.

7.3 - QUALIDADE DA INFORMAÇÃO.

Caso o valor do RNR: Investidora-Investida fosse considerado relevante, a ponto de ultrapassar o teste do custo/benefício, a qualidade da informação seria o quesito que, fatalmente, diferenciaria os tratamentos. Por isso, nesta seção, o RNR: Investidora-Investida será considerado relevante para que as questões conceituais sejam discutidas.

7.3.1 - Conceito da Entidade.

Considerando que a essência deve prevalecer em relação à forma, constatou-se que o entendimento mais amplo do conceito econômico da entidade (ou macrientidade) parece ser mais coerente e adequado para trabalhar os RNR: Investidora-Investida. Por conseguinte, o tratamento da eliminação é o que melhor enquadra-se neste conceito. Tal fato confere-lhe superioridade em relação aos demais tratamentos.

7.3.2 - Lucro realizado (total) da investida.

O lucro apresentado pela investida e reconhecido pela investidora, via equivalência patrimonial, foi o mesmo nos três procedimentos aplicados. Portanto, neste item, não houve

superioridade de nenhum dos tratamentos estudados.

7.3.3 - Resultado não realizado versus resultado realizado, na investidora.

O desenvolvimento da pesquisa evidenciou que os tratamentos legal derivado e da eliminação proporcionam a eliminação dos RNR: Investidora-Investida da DRE da Investidora. Por isso, estes tratamentos são igualmente superiores ao tratamento legal, que mistura os dois tipos de resultados.

7.3.4 - Improcedência da classificação em resultados de exercícios futuros

Neste quesito, somente o tratamento legal derivado fica prejudicado, em relação aos demais. Mesmo assim, caso o RNR: Investidora-Investida seja classificado no patrimônio líquido, nem este tratamento é afetado. Com isso, os tratamentos legal e da eliminação não sofrem efeitos negativos, em seus suportes conceituais.

7.3.5 - Diferença entre os lucros líquidos consolidado e da investidora.

Neste aspecto, os tratamentos legal derivado e da eliminação são identicamente superiores ao tratamento legal. Isto porque somente este tratamento não procede a eliminação do RNR: Investidora-Investida da DRE da Investidora.

7.3.6 - *Diferença entre os patrimônios líquidos consolidado e da investidora.*

O tratamento da eliminação mostrou-se, conceitualmente, superior aos demais tratamentos, uma vez que procede a eliminação dos RNR: Investidora-Investida do patrimônio líquido da investidora. Com isso, a diferença entre os patrimônios líquidos consolidado e da investidora, proveniente da transação, deixou de existir.

O tratamento legal derivado, na forma de classificação do RNR: Investidora-Investida no grupamento de REF, também proporciona o mesmo aperfeiçoamento conceitual.

7.3.7 - *Superavaliação de ativos e passivos, na investidora.*

Neste quesito, o tratamento da eliminação também apresenta uma superioridade conceitual, em relação aos demais. Esta afirmação está consubstanciada na verificação de que os demais tratamentos não eliminam os RNR: Investidora-Investida das demonstrações contábeis da investidora. Por efetuar esta tarefa, o procedimento indicado pelo tratamento da eliminação parece ser o mais adequado para trabalhar a transação estudada.

7.3.8 - *Superavaliação de ativos e passivos, na investida.*

Embora não tenha merecido uma seção específica no capítulo de Revisão Bibliográfica e Fundamentação Teórica, o problema da superavaliação de ativos e passivos da investida foi

abordado durante o desenvolvimento do mesmo. Neste quesito, todos os três tratamentos estudados mostram-se comprometidos porque nenhum deles foi capaz de eliminar o valor do RNR: Investidora-Investida, registrado no patrimônio da investida. Portanto, neste ponto, todos são inadequados.

7.3.9 - Impropriedade quando o lucro não realizado é superior ao valor do investimento

No caso estudado, o valor do investimento é maior que o RNR: Investidora-Investida. Portanto, o tratamento da eliminação, que seria o prejudicado com a ocorrência deste problema, não chegou a ficar comprometido, conceitualmente, em relação aos demais.

Após estas considerações, caso a análise de custo/benefício tivesse sido satisfeita, o tratamento da eliminação seria o mais indicado para a transação estudada. Esta afirmação fundamenta-se na verificação de que, dos nove quesitos estudados neste tópico, somente o tratamento da eliminação não ficou em posição de inferioridade, em relação aos demais tratamentos.

7.4 - ASPECTOS FISCAIS.

Com o objetivo de complementar o estudo das críticas elaboradas no capítulo de Revisão Bibliográfica e Fundamentação Teórica, serão elaboradas algumas considerações sobre os aspectos fiscais envolvidos na pesquisa.

A comparação dos três tratamentos apresenta uma antecipação de lucros já tributados, caso o tratamento legal seja adotado. Embora contabilmente não pareça correto, este aspecto é considerado como uma vantagem capaz de interferir na opção pelo tratamento a ser adotado.

Os outros tratamentos, pela eliminação do resultado da transação em estudo da DRE da investidora, reduziram o lucro do período, embora o Fisco considere-o tributável.

Para evitar esta vantagem que interfere negativamente na escolha do procedimento contábil mais adequado, o Fisco poderia considerar a essência da transação, ou seja, considerã-la não realizada e, por isso, não tributável. Este procedimento constava na versão original do Decreto-Lei nº 1.598, de 26/12/77, que previa a figura dos *contribuintes tributados em conjunto* (artigo 2º). Contudo, a escolha do tratamento mais adequado não deveria sofrer influência deste aspecto, porque não existe fundamentação conceitual contábil para suportá-la.

7.5 - RESUMO DO CAPÍTULO

A análise comparativa dos três tratamentos abordados na pesquisa sugere que o tratamento da eliminação mostrou-se superior no item qualidade da informação, que conceitualmente é o mais importante. Entretanto, como O RNR: Investidora-Investida foi considerado irrelevante, a opção pelo tratamento legal torna-se válida porque foi superior no quesito CUSTO DA INFOR

MAÇÃO. Embora o mesmo ocorra com o item *ASPECTO FISCAL*, acredita-se que este não deva interferir na escolha do tratamento mais adequado porque não está fundamentado em conceitos contábeis.

NOTAS DO CAPÍTULO

- ¹ IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. Atlas, São Paulo, 1981, p.79.

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS:

8.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Este capítulo tem o objetivo de relacionar as conclusões alcançadas com a pesquisa e as recomendações para aperfeiçoamento dos procedimentos atualmente em vigor. Além disso, este estudo evidenciou uma gama de assuntos que merecem a atenção dos pesquisadores da área contábil.

8.2 - CONCLUSÕES:

As conclusões alcançadas com a pesquisa serão apresentadas na seguinte estrutura:

- a) controvérsia do tema;
- b) adequabilidade dos tratamentos.

8.2.1 - Controvérsia do tema:

O estudo elaborado evidenciou a grande controvérsia que gira em torno do tema enfocado, principalmente, no que se refere ao conceito da ENTIDADE CONTÁBIL. O confronto entre o entendimento econômico deste conceito e os demais (especialmente

o jurídico) é muito acentuado entre os estudiosos da contabilidade.

Esta pesquisa privilegiou o entendimento econômico da entidade, porque se julgou que este é o mais próximo da essência da transação. Entretanto, o estudo considera adequada a adoção do tratamento legal, por parte da entidade, embora o tratamento da eliminação se mostre conceitualmente superior. Tal fato fundamenta-se na imaterialidade dos valores observados que não proporcionam resultados muito discrepantes entre os tratamentos estudados.

8.2.2 - Adequabilidade dos tratamentos:

O tratamento da eliminação, embora tenha se apresentado como o mais adequado, possui falhas no que diz respeito aos relatórios da investida. A pesquisa demonstrou que os efeitos dos RNR: Investidora-Investida somente são suprimidos na investidora. Com isso, vislumbra-se um procedimento que reduz a possibilidade de *maquagem* das demonstrações contábeis através da formalização de transações entre empresas com interesses comuns.

Embora o objetivo principal deste trabalho seja a apresentação de informações contábeis adequadas, e não de elaborar procedimentos antimanipulação, neste caso, verifica-se uma congruência entre ambos. Portanto, a adoção do tratamento da eliminação poderia ter uma abrangência sócio-econômica, no que refere-se à distribuição de dividendos, remessas de lucros

para o exterior, determinação do ajuste de salários, entre muitos outros.

8.3 - RECOMENDAÇÕES:

Esta seção destaca alguns problemas que foram encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa. O destaque destes problemas vem acompanhado de recomendações que podem contribuir para o aprimoramento da contabilidade.

Os principais problemas estão relacionados com os seguintes temas:

- a) interferência do Fisco;
- b) estudo sobre eliminação dos RNR:Investidora-Investida; e
- c) Imposto de Renda dos relatórios consolidados.

8.3.1 - Interferência do Fisco:

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi identificada a interferência do Fisco, influenciando na opção do tratamento adequado. Este fato decorre da divergência de entendimento do conceito da entidade. Para o Fisco parece mais interessante o entendimento jurídico da entidade, uma vez este entendimento proporciona a antecipação do recolhimento de impostos, como foi visto anteriormente. Este conflito entre o Fisco (entendimento jurídico) e a contabilidade (entendimento eco

nômico-essência) acirra, ainda mais, a controvérsia entre os estudiosos da área.

Embora reconhecendo que existe uma grande complexidade no assunto *arrecadação*, recomenda-se que órgãos preocupados com a adequabilidade da informação contábil (C.V.M; IBRACON; etc.) e o próprio Fisco reünam-se para discutir este assunto conflitante.

8.3.2 - Estudo sobre a eliminação dos resultados não realizados: Investidora-Investida:

Embora não se tenha identificado nenhum início de manipulação das informações no caso estudado (principalmente por serem os preços administrados pelo governo e pela curta permanência dos bens no ativo da investida), parece claro que este fato pode ocorrer.

Portanto, sugere-se que os órgãos normatizadores da contabilidade estudem as possibilidades existentes de impedir o registro indevido de RNR: Investidora-Investida que se mostrem materiais. Neste aspecto, a C.V.M. proporcionou um grande avanço com a divulgação da Deliberação CVM nº 26, de 05/02/86, que determina a evidenciação em notas explicativas das transações entre partes relacionadas.

8.3.3 - Imposto de Renda nos relatórios consolidados:

A entidade estudada apresenta um bom conjunto de procedimentos de consolidação dos relatórios contábeis capaz de

proporcionar informações adequadas de forma bastante simplificada. Entretanto, na apuração do imposto de renda sobre o RNR: Investidora-Investida, seria possível adotar um procedimento mais simples e adequado, que consiste na aplicação da alíquota do imposto que incide sobre a empresa ou, em casos especiais (isenção por incentivos à exportação, produtos essenciais, etc.), sobre a operação. Acredita-se que desta forma os trabalhos de consolidação se tornariam ainda mais adequados.

8.4 - SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS:

Durante o desenvolvimento deste estudo, foram identificados pontos questionáveis que não estavam compreendidos no seu escopo. Entretanto, a evidenciação destes pontos poderá atrair pesquisadores interessados no assunto.

8.4.1 - Ocorrência da transação estudada e sua frequência:

Em palestra proferida pelo professor Manoel Ribeiro da Cruz Filho, um dos colaboradores na elaboração da Lei 6404/76, foi destacado um dos fatores para que o tratamento da eliminação não fosse contemplado na referida Lei, que é o seguinte: *estas transações são raríssimas no Brasil e, quando ocorrem, são geralmente irrelevantes.*

Embora este fato pareça bastante verdadeiro, acredita-se que uma pesquisa que tentasse comprovar se esta afirmativa ainda é válida para o Brasil de hoje mereceria um grande crédito da comunidade contábil.

8.4.2 - O problema na investida:

O estudo desenvolvido destacou a incapacidade dos três tratamentos abordados de eliminarem o efeito dos RNR: Investidora-Investida, nos relatórios da investida.

Portanto, pesquisas poderiam ser desenvolvidas para a elaboração de um tratamento mais adequado. Talvez, constituir-se uma provisão para evidenciar o valor do custo original do ativo, na investida, poderá vir a ser uma alternativa viável.

8.4.3 - Contratos de longo prazo:

Uma questão identificada durante o desenvolvimento da pesquisa, refere-se ao reconhecimento da realização de RNR: Investidora-Investida provenientes de transações que envolvem construções de longo prazo.

Neste caso, a determinação adequada do momento em que o resultado obtido se transformou em resultado realizado fica bastante prejudicada. Isso porque a obra está parcialmente concluída, dificultando o estabelecimento da parcela realizada da transação que gerou o RNR: Investidora-Investida. Então, acredita-se que em estudo aprofundado sobre este assunto contribuiria para o desenvolvimento da contabilidade.

8.4.4 - O problema nos itens do permanente:

O estudo considerou um item classificado no circulante das empresas envolvidas. Por isso, aspectos relacionados com depreciação, amortização e exaustão não foram considerados.

Por ser plausível a transação de itens classificáveis no ativo permanente, acredita-se que um estudo que aprofundasse estes pontos ofereceria contribuições não alcançadas pela presente pesquisa.

8.4.5 - Parâmetros legais:

Como o estudo desenvolvido posicionou-se na esfera conceitual mais elevada do tema, não foram discutidos certos parâmetros legais que disciplinam a aplicação da técnica da equivalência patrimonial (exemplo: detenção de 20% do capital da investida para exercer influência na sua administração, entre outros). Entretanto, acredita-se que a determinação destes parâmetros não está claramente fundamentada e sua adequabilidade pode ser discutida. Por isso, uma pesquisa abordando este assunto poderia revestir-se de grande importância.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.C. Consolidação das Demonstrações Financeiras. São Paulo, Atlas, 1986.
- _____. Boletim IOB 29/86 - Alguns Aspectos da Contabilidade de Holding. p.308-315.
- BRASIL. Deliberação CVM nº 26, de 05 de fevereiro de 1986. Transações entre Partes Relacionadas.
- _____. Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977.
- _____. Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986. Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.
- _____. Instrução CVM nº 01, de 27 de abril de 1978.
- _____. Instrução CVM nº 15, de 03 de novembro de 1980.
- _____. Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976.
- _____. Ofício Circular CVM nº 309, de 17 de dezembro de 1986.
- _____. Resolução CEPG nº 02, de 31 de agosto de 1979. Formato de Apresentação de Teses e Dissertações - FATED.
- CRUZ FILHO, M.R. Teoria e Prática de Consolidação de Balanços. São Paulo, Saraiva, 1975.
- FINANCIAL Accounting Statements Board. Accounting Standards-Current Text - as of June 1, 1986, Connecticut, FASB, 1986.
- HARIED, A.A.; INDIEKE, L.F. and SMITH, R.E. Advanced Accounting, 3 th. edition, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1985.

- HAWKINS, D.F. Financial Reporting Practices of Corporations. Illinois, Dow Jones-Irwin, Inc., 1972.
- HORNGREN, C.T. Introdução à Contabilidade Gerencial. 5a. edição, Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil Ltda., 1985.
- IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 1981.
- _____. et alii. Contabilidade Intermediária. São Paulo, Atlas, 1981.
- _____. et alii. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 2a. edição, São Paulo, Atlas, 1981.
- LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 1985.
- MAPA Fiscal nº 20/82. Comentários sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade, Editados pelo Conselho Federal de Contabilidade. Suplemento, 1982.
- MARTINS, E. Boletim IOB 22/82 - Resultados de Exercícios Futuros. p.235-240.
- _____. Boletim IOB 23/82 - Lucros Não Realizados na Equivalência Patrimonial (Primeira Parte). p.249-255.
- _____. Boletim IOB 24/82 - Lucros Não Realizados na Equivalência Patrimonial (Segunda Parte). p.263-268.
- MILLER, M.A. Miller's Comprehensive GAAP Guide. New York, HBJ-Harcourt Brace Jovanovich, Publishers, 1984.
- O'CONNOR, M.C. and HAMRE, J.C. Alternative Methods of Accounting for Long-Term Nonsubsidiary Incorporate Investments in Common Stock, The Accounting Review, New York, april/1972, Vol. XLVII, nr.2, p.308-319.
- PATON, W. A. and LITTLETON, A.C. Transactions Between Affiliates, The Accounting Review, New York, july/1945, Vol. XX, nr.3, p.255-266.
- PURIFICAÇÃO, C.A. Consolidação de Balanços: Uma Abordagem Teórica e Prática. São Paulo, Atlas, 1979.

- ROCHA, P.C.W. Fechamento do Balanço das Empresas. 4a. edição, Rio de Janeiro, publicação independente, 1983.
- ROSENFELD, P. and RUBIN, S. Consolidation, Translation and the Equity Method: Concepts and Procedures, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1985.
- SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico: Diretrizes para o Trabalho Didático-Científico na Universidade, 4a. edição, São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- SIMON, J.L. Basic Research Methods in Social Science, New York, Random House, 1969.
- STANDERSKI, W. Consolidação de Balanços de Empresas Nacionais e Multina-cionais, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.